



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 11/11/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Bom dia a todos. Na qualidade de membro relator da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 26ª audiência pública do ano de 2014, 10ª audiência pública temática do PL 467/14 que se refere ao Orçamento de 2015.

Os temas desta audiência pública serão Câmara Municipal de São Paulo, Fundo da Câmara Municipal de São Paulo, São Paulo Negócios, Prodam, Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, que será só para relatar e dar publicidade ao recebimento das respostas da última audiência pública, Secretaria Executiva de Comunicação e Secretaria de Licenciamento.

Informo que esta reunião é transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no Portal da Câmara Municipal de São Paulo, www.camara.sp.gov.br, link Audiências Públicas - Registro Escrito.

Foram convidados para participar desta audiência pública os Srs. Rodrigo Pimentel Pinto Ravena, Secretário Geral Administrativo da Câmara Municipal de São Paulo; Wilson Martins Poit, Diretor Presidente da São Paulo Negócios, que indicou o Sr. Rogério Pirajá, Diretor e Sr. Valmir Neme, Superintendente; Marcio de Andrade Bellisomi, Diretor Presidente da Prodam; Nunzio di Giglio Filho, Secretário Executivo de Comunicação; Sra. Paula Maria Motta Lara, Secretária Municipal de Licenciamento.

Tem a palavra o Sr. Rodrigo Ravena, da Câmara Municipal de São Paulo.

O SR. RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA – Cumprimento o nobre Vereador Ricardo Nunes e todos os presentes.

O orçamento de 2014 da Câmara Municipal de São Paulo foi de 534 milhões e 700.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Só gostaria de comunicar a presença do Vereador Paulo Fiorilo, a quem passo a presidência dos trabalhos.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Devolvo a palavra ao Sr. Rodrigo Ravena.

O SR. RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA – Desse valor orçado, temos 3,3 milhões para o Fundo. Do valor orçado para 2014, a Câmara deve executar 95, 97% com o desenvolvimento de reformas e informatização do Legislativo.

Para 2015, o orçamento previsto, a proposta é de 575.390 com 4,8 milhões para o Fundo. Aqui prevista a continuidade da informatização, desenvolvimento dos programas de bancos de dados e internalização dos dados da Câmara, ampliação dos processos de transparência e informação ao cidadão, qualificação da televisão e dos meios de comunicação com a sociedade e a continuidade da reforma e modernização do prédio - incluindo edifício garagem e o térreo, que deverá ser retomado, a licitação está lançada este ano e a execução se fará com o orçamento do ano que vem que permite a abertura de espaços em um prédio com 45 anos, com 55 Vereadores, 2008 funcionários, por volta de quatro mil visitantes por dia. O prédio já está no limite do funcionamento e a transferência da biblioteca e de parte dos auditórios para o térreo possibilita uma abertura de espaço.

Portanto, o orçamento fechado em 575 milhões e mais 4,8 milhões do Fundo. É importante destacar que o nosso Fundo, ao contrário do Tribunal, foi criado em 2003 e serve para desenvolvimento e aprimoramento do pessoal e equipamentos da Câmara. Ele tem sido usado com grande força para as atividades da Escola do Parlamento, para pagamento de cursos e remuneração de pessoal convidado.

Basicamente, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes, relator.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Vereador Paulo Fiorilo.

Rodrigo, você pode nos falar um pouco sobre a evolução dos custos de manutenção de informação e comunicação? Como tem ocorrido nos últimos anos? Por que em

2014 foram 924 mil para 917? Então, está tendo uma diminuição. Temos percebido em outros setores do Executivo um aumento e aqui percebemos um decréscimo e parece que o histórico dos últimos anos é mais acentuado. Essa era a primeira questão.

A outra questão é se a Câmara já tem previsão de devolver algum recurso, de devolver não, mas de enviar algum recurso ao Executivo, que tem sido praxe da gestão do Vereador José Américo que no ano passado fez um envio de recurso para o Executivo. Temos alguma previsão em relação a isso?

O SR. RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA – Vereador, a manutenção de sistemas de informação e comunicação, basicamente mantidos hoje pela Prodam, que é a hospedeira do nosso banco de dados e do provedor de internet, tem se reduzido.

O projeto de informatização e capacitação da Câmara, inclusive por conta da Lei de Acesso à Informação e de Transparência, é diminuir a participação da Prodam na gestão dos dados da Câmara. A Câmara vai passar a gerar, prover e gerenciar seus próprios bancos de dados e seus acessos à internet.

Então, a evolução natural tem sido a diminuição gradual dessa conta. Temos diminuído, aproximadamente, de três milhões há cinco ou seis anos para 900 mil este ano. A ideia é que em 2015 a gente encerre essa destinação externa desse recurso e passemos a prover isso integralmente, só com o custo de manutenção da nossa sala-cofre e desenvolvimento dos programas de banco de dados.

Sobre a devolução. A execução do orçamento deste ano está quase completa e a gente deve chegar por volta de 95% do orçamento executado. Está previsto devolver entre 10 e 17 milhões, restituir como está previsto na Lei Orçamentária, devolver para destinação social.

P – Entre 10 e 17 milhões.

R - Entre 10 e 17 milhões, depende da execução de dois contratos que dependem de medição que é a obra do 3º subsolo e da garagem da Emurb. Hoje, seriam 17 milhões, mas a previsão é que a gente diminua um pouco esse valor de restituição.

P – No ano passado, eu vi que esse recurso de restituição foi para a Educação. É carimbado isso? Você sabe?

R – É carimbado pela LDO. A LDO obriga que a gente restitua para funções sociais: saúde, educação.

P – Saúde ou educação. Está na LDO?

R – Está na LDO. Já está fixado e a gente devolve com um carimbinho.

P – Com relação a pessoal em cargos, de 371 milhões para 387. Houve um aumento de 4%. Isso deve ser proveniente de reajuste ou de aumento de pessoal?

R – Na verdade, isso é o crescimento vegetativo da folha. Adicionais, sexta-parte, quer dizer, o crescimento vegetativo normal da folha.

P – Eu fico agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Gostaria de aproveitar a oportunidade e perguntar sobre o Fundo.

Os recursos do Fundo são compostos de que forma?

O SR. RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA – O recurso do Fundo é composto pelas receitas que a Câmara recebe. Basicamente, o Fundo está composto pelo dinheiro que veio da licitação da folha de salários, que é do Santander e que fez um depósito que vai direto ao Fundo.

Tem a cessão de espaço, tem a locação das duas áreas de banco que eles pagam o aluguel e tem os recursos provenientes das eventuais multas de contratos não executados ou executados em divergência com aquilo que foi licitado. Então, isso compõe o Fundo.

O Fundo estava previsto em 3,3 milhões o ano passado e mesmo a gente utilizando teve crescimento este ano e está em 4,8 milhões.

P – 4,8 milhões é o que está em 2014.

R – 2015 também. A gente mantém.

P – Em 2015, a proposta é 4,3 mais 250 é de 4,610. É isso?

R – É isso.

P – É uma expectativa de arrecadar 4,610.

R – É, porque parte desse dinheiro já está no Fundo que é o dinheiro proveniente do aporte que o banco vencedor da licitação para a gestão...

P – Qual?

R – É o Santander.

P – Qual foi o valor?

R – 2,3 milhões, 2,5 milhões. 3 milhões de reais que ficam no Fundo e a gente vai utilizando. Como a utilização do Fundo é vinculada à atividade de desenvolvimento, capacitação de pessoal e compra de equipamentos, a gente tem usado, basicamente, para as atividades da Escola do Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Ok.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil por três minutos.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Laerte Brasil, Presidente da Uni São Paulo do Trabalho e Empreendedorismo.

O diretor falou do aporte financeiro da Câmara na área de comunicação. Enquanto o Poder Executivo avança nas praças digitais livres e até ampliando para os parques, a Câmara com todo esse aporte financeiro tem o wi-fi racionalizado para os usuários que frequentam a Câmara. A maior Câmara da América Latina racionaliza o wi-fi enquanto todos abrem.

Queria saber se seria possível a Câmara fazer a abertura do wi-fi para os usuários da Casa.

Obrigado pela palavra.

O SR. RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA – A rede wi-fi da Câmara é aberta. Ela está dividida em quatro ou cinco setores: Vereadores, administração, a rede aberta efetivamente e imprensa. Para quê? Para a gente segregar efetivamente o uso e termos

controle sobre a gestão do nosso sistema de informática.

Um dos investimentos que está sendo feito este ano e que deve continuar o ano que vem com o desenvolvimento de banco de dados e suporte de informática é efetivamente deixar aberto. Hoje já temos sistema – se o senhor testar na praça aqui ao lado já está disponível. Ela já é aberta e vai ter um sinal mais forte porque estamos espalhando antenas este ano. Então, o acesso é integral até porque o princípio do orçamento e os gastos previstos para o ano que vem são a melhoria do prédio, transparência e abertura para a população. Uma das aberturas se faz pela abertura da rede wi-fi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Agradeço o Sr. Ravena e dou por encerrada esta audiência pública da Câmara Municipal de São Paulo.

Muito obrigado.

Para a próxima audiência pública convido o Sr. Wilson Martins Poit, Diretor Presidente da São Paulo Negócios, que indicou o Sr. Rogério Pirajá, Diretor e Sr. Valmir Neme, Superintendente. O Sr. Wilson está aqui. O senhor vai participar também?

Tem a palavra o Sr. Wilson Martins Poit.

O SR. WILSON MARTINS POIT – Muito obrigado. Bom dia. É um prazer estar aqui. A São Paulo Negócios é uma companhia nova do Município de São Paulo, tem um ano e meio de vida voltada para a promoção do investimento na Cidade e é um braço da Secretaria de Finanças.

É uma empresa pequena que neste primeiro ano de trabalho tem algumas conquistas em quatro pilares principais. O primeiro é ajudar na articulação de parceiras público-privadas. Então é uma empresa que tem alguns contratos com SGM e outras secretarias. A primeira PPP que a gente ajudou a articular e que já está em fase de audiência pública é a da iluminação e estamos trabalhando em *pipeline* de outros interesses de atrair investidores privados.

São Paulo Negócios também trabalha para reduzir o tempo de abertura de uma

empresa na Cidade que, hoje, na média, é mais de cem dias. Nós trabalhamos articulando junto com a Junta Comercial e ao Governo Federal para reduzir esse tempo a menos de cinco dias até o final deste mandato. É um trabalho que envolve a Prodam, outras secretarias, Licenciamento. A ideia é facilitar a vida do empreendedor na Cidade.

Eu sou um empreendedor que até dois anos atrás trabalhava na iniciativa privada e que vim ao setor público, ao outro lado do balcão, para ajudar a facilitar a vida do empreendedor, do empresário, do investidor na Cidade.

Recebemos também investidores de outros países, de outros estados que queiram se instalar em São Paulo para andar com eles pela Cidade e facilitar a abertura de negócios.

Outro pilar importante é a lei de incentivos fiscais na zona Leste. Nós estamos promovendo cities-tour em que levamos empresários, principalmente, de call centers, empresas de informáticas, hotéis, grandes empregadores que queremos que se instalem na zona Leste. Explicamos os benefícios fiscais da lei e já temos inclusive call centers que escolheram a zona Leste porque já estão inclusive instaladas lá, o Prefeito inaugurou gerando empregos para a população que mora lá e que todo dia tinham de viajar várias horas para o Centro para trabalhar principalmente datas centers e Call Centers. Essas são as principais atividades da São Paulo Negócios.

Para o próximo ano estamos articulando outras PPPs como a do Arquivo Municipal principalmente. Temos uma meta de gerar 10 mil empregos na zona Leste de São Paulo. Neste trimestre, inauguramos um Call Center com três mil.

Como falei, reduzir o tempo de abertura de uma empresa de 107 para 5 dias. Essa é uma tarefa bastante importante.

Execução da política municipal de startups que é a TecSampa que é para incentivar empreendedores digitais e a construção de aplicativos voltados para a mobilidade urbana, saúde dentro do foco do Plano de Metas do Prefeito.

Captar recursos privados para eventos culturais. São Paulo tem um calendário forte para o ano que vem de carnaval de rua, de grandes eventos e festas na Cidade que podem ser patrocinados pelo setor público e que nós estamos montando o caderno de encargos e captando desde já todos os eventos, como Virada Cultural, etc. que podem ser pagos por patrocinadores da iniciativa privada.

Por último, captação de patrocínio para a instalação de wi-fi em praças públicas da Cidade, ampliando bastante esse projeto que já está em andamento da Secretaria de Serviços.

De uma forma geral é isso que a São Paulo Negócios faz. Hoje, é uma empresa de 19 funcionários que neste início vieram principalmente da área técnica com conhecimento do negócio. Tem gente que veio do Governo Federal ou do Governo Estadual que já trabalhava na investe São Paulo. Alguns vieram de Minas e conhecem bastante a área de PPPs. Para o ano que vem estamos prevendo o nosso primeiro concurso público e a ampliação de 19 para 25 funcionários.

Não sei se o Rodrigo ou o Valmir gostariam de complementar alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Passo a palavra ao relator para as perguntas.

O SR. RICARDO NUNES – Bom dia. Agradeço a presença.

Sem dúvida nenhuma a função da São Paulo Negócios é de extrema importância para a Cidade. Queria entender um pouco o que ela tem gerado de despesas porque me parece que o custo com o pessoal é de 5.936 milhões. Isso daria 494 mil reais por mês por 19 funcionários, que daria uma média de 26 mil reais por mês. Queria confirmar se é isso mesmo.

O SR. VALMIR NEME – Esse valor se refere aos funcionários, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal. São 19 funcionários, 6 membros do Conselho de Administração e 3 membros do Conselho Fiscal que é uma norma, exigência da lei das S.As., obrigatoriedade desses dois conselhos.

O SR. RICARDO NUNES – Então, são 19 funcionários mais 6 do Conselho

Administrativo e mais três do Conselho Fiscal.

Está preenchido os seis conselheiros administrativos?

O SR. WILSON MARTINS POIT – Sim.

P – E o Conselho Administrativo é a média de 6 mil por mês?

R – Perfeito.

P – E o fiscal também?

R – Isso. Também.

P – Ok.

O senhor acha que é necessário ter seis conselheiros fiscais?

R – São seis do Conselho de Administração.

P – Isso. É necessário ter seis?

R – Nós acreditamos que sim. É uma empresa que tem sido muito demandada em projetos estratégicos da Prefeitura. Então, esse direcionamento estratégico da empresa acreditamos que seja importante.

P – O conselho se reúne semanalmente?

R – Mensalmente.

P – Demanda bastante. São reuniões mensais, não é?

R – São reuniões mensais.

P – Entendi.

(NÃO IDENTIFICADO) – Existe hoje um grande interesse de outras secretarias da cidade por parcerias público-privadas, concessões. O direcionamento e o foco da empresa é bastante importante ser discutido ai.

O SR. RICARDO NUNES – O senhor falou a respeito das redes wi-fi. Ontem nós tivemos audiência pública da Secretaria de Serviços e até fiz um questionamento ao Secretário Simão Pedro, mas ele não respondeu do custo das redes wi-fi nas 31 praças é de 13.409.825 reais. Cada praça ao custo de 432.575.076. Existe a possibilidade da São Paulo Negócios

conseguir parcerias com o setor privado e deixaríamos de ter esse custo?

O SR. WILSON MARTINS POIT – Existe sim. Nós fomos procurados, inclusive, por investidores por conta de outros assuntos. Nós estamos, por exemplo, montando no momento o caderno de encargos e um contrato com a Secretaria de Cultura para vender eventos de rua em São Paulo, carnaval de rua do ano que vem. Estamos procurando fazer isso agora e não muito em cima da hora porque existem investidores interessados.

Eles nós abordaram no interesse pelas praças. Nós estamos fazendo um contrato com a Secretaria de Serviços neste momento para que tenhamos patrocínio em troca de quando a população conectar e tem um minuto de quem está patrocinando e a banda, inclusive, com uma possibilidade de potência mais forte. A tendência do ano que vem é mais praças patrocinadas.

O SR. RICARDO NUNES – Depois da notícia de que o Senado aprovou a renegociação da dívida com o apoio do PMDB e o relator do PMDB, essa é a segunda melhor notícia. 432 mil reais por praça, no mínimo é imoral um negócio desse.

O senhor tem uma previsão de quando isso pode acontecer? Se já estiver bem encaminhado, o senhor não tem ideia do quanto o senhor vai nos dar um fresco para podermos fazer o remanejamento desse recurso.

P - Não tenho ideia ainda, não posso confirmar quando vai acontecer, mas existe mais de um interessado. Realmente, estamos muito otimistas, na São Paulo Negócios, em relação a atrair parcerias com os privados. Como falei aqui, da lei de Incentivo da zona Leste, que acho que, no ano que vem, deveremos dar muito boas notícias para a Cidade, como deixar o ambiente de negócios mais agradável, mais rápido para abrir uma empresa. Mas já estamos, neste momento, correndo atrás dos patrocinadores para as praças.

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – Esse é um projeto novo, de tentar patrocínios para *wi-fi* e também para mobiliário urbano. Então, é um projeto um pouco mais amplo, onde teremos que lançar um edital chamando patrocinadores, para dar igualdade de condições para todos. A

previsão é que já celebremos o contrato neste ano e o edital. Para este ano ou para o começo do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Só uma questão aqui. Vocês ainda vão lançar o edital este ano para o chamamento?

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – Essa é a ideia.

P – Mas o edital está pronto?

R – Estamos em fase de elaboração. Estamos em discussão interna.

P – Conclui quanto?

R – A proposta, estamos concluindo nesta semana.

P – Então, o edital deve ir para o mês que vem ou ainda neste mês, para a publicação?

R – Não, neste mês não acredito.

P – Então, só para dezembro. Quantas praças serão adotadas? Ou serão só para praças novas, além das que já existem?

RICARDO NUNES – Só para colaborar, são 31 que estão no orçamento. Não sei se já estão funcionando, mas já estão no orçamento.

P – Então, essas 31 praças, que estão no orçamento, serão as praças adotadas?

R – Essa é uma discussão interna. A ideia original é que sejam as praças novas.

P – Então, não serão essas 31.

R – Mas estamos avaliando se é possível adotar, porque há um contrato já celebrado em relação às praças existentes.

P – Então, vocês estão dizendo que é possível ter novas praças e não praças antigas.

R – As antigas, estamos avaliando se é possível ainda fazer alguma coisa.

P – Então, na realidade, essas 31 podem continuar no orçamento, *a priori*.

R – Sim.

RICARDO NUNES – Temos escutado algumas questões de que poderia haver uma participação super importante da São Paulo Negócio. Por exemplo, fizemos ontem a audiência pública da Secretaria de Direitos Humanos. Então, estão previstos, no orçamento, 2,1 milhões para o evento da Parada Gay. A São Paulo Negócio tem atentado para essa questão desse evento da Parada Gay?

R – Ainda ontem, fomos procurados pelo Secretário de Direitos Humanos e tratamos desse assunto. Talvez, elaborar um caderno de encargos para fazer um chamamento, no ano que vem, para buscar patrocínio nos mesmos moldes do contrato que estamos celebrando agora com a Secretaria de Cultura, onde vendemos, entre aspas, antecipadamente todo o calendário dos grandes eventos do ano que vem. O que sempre foi feito era deixar para cima da hora e, aí, às vezes, não conseguíamos os patrocinadores certos. Estamos querendo fazer agora um calendário de eventos do ano que vem para buscarmos os patrocinadores desde já, dando igualdade para todos.

P – Com relação à Cultura, gostaria de saber a respeito do Theatro Municipal. Estamos vendo vários problemas de estrangulamento orçamentário. Por exemplo, Theatro Municipal: 120 milhões de recursos; 90% da fonte de recursos 00. Parece-me um pouco injusto ter-se o valor da fonte do recurso do Tesouro para subsidiar uma classe A e B, que todos pagam ingresso. Então, para vocês terem uma ideia, a fonte de recurso 06 do Theatro Municipal é de 2,7 milhões. Então, imaginem, nós que somos do privado, termos um equipamento daquele tamanho, ter uma arrecadação de 2,7 milhões e gastar 120 milhões! Dói.

Então, existe alguma ação da São Paulo Negócios para a questão do Theatro Municipal, por exemplo? Vocês veem o Theatro Municipal como negócio para podermos economizar esses 90 milhões? Lembrando que é fonte 00, do Tesouro Municipal, sai do seu bolso, do bolso do contribuinte direto para o Theatro Municipal.

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – O senhor está tocando no coração da São Paulo Negócios, que é essa ideologia de onde ela puder captar recurso privado para desonerar o

orçamento pública ela assim, o fará.

A São Paulo Negócios entrou em operacionalidade há pouco tempo - há um ano, e o Theatro Municipal é um, dentre tantos equipamentos que estão em nossa meta. Dependemos um pouco das secretarias envolvidas disponibilizarem informações para que possamos fazer negócio, captar recurso privado e desonerar o Tesouro. Mas não é só o Theatro Municipal: acho que são 140 equipamentos que também estão em nosso projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – A minha dúvida é saber se vocês já têm uma lista de quais são as possíveis parcerias que a São Paulo Negócios pode produzir com as várias secretarias. Se tiverem, quero saber se podem disponibilizar ao Relator.

O SR. RICARDO NUNES – Complementando. Às vezes, não conseguimos entender um pouco por que as ações do Executivo são tão desconexas com a Câmara Municipal. Então, acho que seria importante ter uma ligação maior com a São Paulo Negócios, principalmente com esta Comissão de Finanças. Se vocês nos passarem uma relação daquilo que vocês já têm ideia de poder atuar, acho que poderemos dar alguma colaboração.

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – Sim. Vamos disponibilizar uma relação dos projetos.

O SR. RICARDO NUNES – Para concluir a minha pergunta: se vocês puderem explanar um pouquinho sobre a receita que vocês têm para subsidiar o custeio da São Paulo Negócios. De onde provém a receita?

O SR. VALMIR NEME – A receita provém basicamente de contratos de prestação de serviços, que são objeto da empresa. A Secretaria nos demanda determinado tipo de serviço. Por exemplo, a Sempla, agora, está com um problema com o arquivo histórico, arquivo municipal, que há muitos anos está em uma situação difícil e sem recursos. Procuramos a Secretaria e apresentamos uma proposta de fazer uma parceria público-privada para atualizar isso. A Secretaria de Cultura, a mesma coisa.

Com essas ações e com a captação de recursos, apresentaremos um projeto estratégico de captação, não só para eventos do ano que vem, mas para longo prazo, na

medida em que teremos a redução de custeio nos próximos anos. Esse plano estratégico envolve Carnaval, Carnaval de Rua, e a remuneração viria através desses contratos.

A Secretaria de Finanças também. Temos uma equipe que busca melhorar o ambiente de negócios, particularmente na abertura de empresas – é a nossa classificação, inclusive, no Banco Mundial. Basicamente é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Sr. Valmir, a título de esclarecimento, das receitas, uma delas identífico, que é a Operação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública, que possivelmente é a PPP que vocês estão acompanhando.

Agora, e as outras três fontes de receita? Uma de 5,1 milhões, uma de 2,5 milhões e a outra de 1,2 milhão, que está como Administração da Unidade? É possível identificar quais são as fontes aqui?

O SR. VALMIR NEME – Temos um contrato com a Secretaria de Finanças para atender vários itens na área, particularmente, de TI. A questão, também, relativa a essa diminuição das estruturas de abertura de empresa, que vai gerar uma economia para o Município e trazer maiores investimentos e o apoio e incentivo à zona Leste. Aí, essa agência de desenvolvimento que atrai empresas que, normalmente, estariam indo para Curitiba, Rio de Janeiro, com a ação da São Paulo Negócios temos trazido essas empresas, ou até mesmo mantido empresas que estão tentando sair do Município.

Os outros contratos: Secretaria de Cultura, Sempla e SGM.

P – Mas o senhor poderia identificar? Por exemplo, o 17, o 99 e o 13 são quais secretarias?

R – Secretaria de Finanças.

P – Então, esse aqui, o 17, é o que o senhor disse das ações que estão sendo realizadas. O 11, que é o de 2,5 milhões?

R – SGM.

P – Quais são os projetos?

R – SGM, o contrato visava, primeiro, fazer um mapeamento de todos os projetos de parceria público-privada do Município e fazer um levantamento das melhores experiências que existiam em todo o País, de maneira que se criasse um banco de dados, uma padronização de informações a fim de se verificar se os projetos de PPP, que estavam com várias secretarias, adequados à demanda do projeto do Governo, aprovado em janeiro de 2013. Isso criaria uma série de informações e parâmetros para que o Conselho Gestor pudesse balizar quais estariam dentro das prioridades do programa do governo municipal.

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – Resumindo: é uma lista de projetos, na Secretaria de Governo, e quais são os mais importantes. Entregamos diversos produtos e esse contrato está quase no final. Eles nos remuneraram para prepararmos o programa de PPP do Município e colocar em ordem de prioridade também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – E o de 1,2 milhão?

O SR. VALMIR NEME – É Sempla. Todos sabem que o arquivo municipal está em uma situação muito difícil. O objetivo é chamar a iniciativa privada para que ela apresente para nós uma proposta de como poderíamos resolver essa questão, levando esse arquivo para um patamar superior, que seria da digitalização dos documentos. O Judiciário já usa isso. Então, preservar esse arquivo e criar uma estrutura que possibilite ir para um nível de guarda de documento digital.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura, para suas perguntas.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado.

Gostaria de começar indagando sobre essa manchete do *Estado de S.Paulo*, de sábado, que noticia que o Prefeito Haddad já planeja usar negociações da dívida para impulsionar as PPPs. Aqui fala da reforma total do Complexo do Anhembi, que já deve sair no próximo ano. Ela fala da verticalização dos estacionamentos, da construção de um pavilhão de conferências, além de um hotel 5 estrelas.

Segundo informações aqui, o Sr. Wilson se manifestou com relação a essa questão. Gostaria de saber de quanto se pretende buscar o recurso; se os recursos já saíram; se já iniciaram estudos da PPP com relação a essa questão do Anhembi, mesmo porque achamos que o prazo é extremamente exíguo.

O SR. WILSON MARTINS POIT – Essa pergunta é muito oportuna, porque essa matéria misturou um pouco o assunto. Se o Vereador puder, depois, reler as aspas que dizem respeito às minhas declarações, poderá constatar que elas dizem a respeito apenas do novo Anhembi, que é um equipamento de 40 anos de uso, sem ar condicionado e com muitos problemas para os clientes e expositores. São Paulo merece um lugar bem melhor.

Atrelar isso ao assunto da renegociação da dívida foi uma conclusão do jornal.

Para o Anhembi, falei ao jornal que estamos trabalhando a SPNegócios, SPTuris, Secretaria de Finanças, Secretaria de Assuntos Jurídicos, na montagem de um modelo, que não sabemos ainda se seta uma PPP, um fundo imobiliário. O Prefeito está dizendo em lançar isso no primeiro trimestre do ano que vem – o modelo para o mercado. Esse é um projeto que deve demorar uns quatro anos para ser executado, mas que é bastante importante.

Então, diria que depois de ajudar a articular a PPP da iluminação pública, um dos possíveis grandes projetos em que trabalharemos será o do novo Anhembi.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Ouvimos aqui, dos representantes da SPTuris que eles têm propósito de lançar para o ano que vem. Então, está havendo um descompasso com a empresa SPNegócios, porque, segundo dados aqui afirmados por representantes da SPTuris, esse projeto deverá ser executado no ano que vem.

A conclusão que eu e que outros Vereadores tiramos é que eles podem estar equivocados, porque, se for o caso, teremos que convocar novamente os representantes da SPTuris.

O SR. WILSON MARTINS POIT – Vereador, queria só deixar bem claro que, no meu entender, não há divergência. Sou também Presidente da SPTuris. As pessoas que

estiveram aqui são diretoras que trabalham comigo. O projeto realmente vai ser lançado e estruturado no ano que vem.

P – Mas V.Exa. acabou de afirmar que isso aqui, primeiro, é PPP da iluminação pública e, depois, nos próximos quatro anos é que será discutido.

R – Executado o novo Anhembi. Lançado o projeto no início do ano que vem.

P – Mas V.Exa. acabou de falar que o Prefeito formataria. Então, o projeto sequer amadureceu. Não existe o projeto. É isso que estou querendo entender.

R – O projeto, estamos na fase de estudos. Temos realizado diversas reuniões. Temos atas de diversas reuniões. Estamos estudando. O formato que vai se dar para o novo Anhembi, realmente, vai ser lançado e se começa a trabalhar no ano que vem. Execução: é um projeto de longo prazo.

P – O projeto vai ser completado o ano que vem?

R – Lançado e executado no ano que vem. Neste momento, estamos em estudos.

P – Quais os recursos que estão dependendo da execução? Já têm recursos adequados, aprovados, separados?

R – Não. Esse estudo é justamente para se montar um modelo financeiro: se vamos por uma PPP, por um fundo imobiliário. Qual o modelo que vamos captar para isso.

É prioritário, para a cidade de São Paulo e para o Brasil, uma reforma do Anhembi.

P – Acho de fundamental importância.

Volto a falar, aqui, o pessoal da SPTuris já havia mencionado que estão em tratativas, não sei quantos milhões, mais de cem milhões, se não me engano, já elencados para o início dos trabalhos no Anhembi, dotando aquele pavilhão de ar condicionado e de outra infraestrutura necessária.

Agora, V.Exa. vem falando: “Não, estamos ainda discutindo o modelo”.

R – Desculpe-me, temos dois projetos.

P – O senhor acabou de falar ar condicionado. Ar condicionado, foi dito pelos

representantes da SPTuris, que esse contrato está vindo de um empréstimo do Governo Federal.

R – Isso, o PAC Federal.

P – Desculpe-me, mas o senhor está misturando. Não sou eu que estou misturando. Ou estou equivocado?

R – O projeto do Novo Anhembi prevê uma ampliação que é quase a duplicação do espaço, novos estacionamentos. É um projeto muito grande. Vai demorar para ser realizado. neste momento, estamos em execução do PAC, são 60 milhões de recursos do Governo Federal. Não podemos ficar com o Anhembi do jeito que está até estar pronto o novo Anhembi. Então, são duas coisas diferentes. O senhor me desculpe.

O projeto com recursos do Governo Federal, que envolve ar condicionado e toda a instalação elétrica a ser reformada, esse realmente o pessoal da SPTuris disse corretamente e confirmo. O que vem pela frente, o novo Anhembi, é um outro projeto. Não vai se jogar fora nada do que vai ser utilizado atualmente, mas é uma ampliação muito maior, é outra coisa.

P – Então, posso entender que, na realidade, essa questão da renegociação de dívida, é claro que vai ajudar a Prefeitura de São Paulo. Inclusive, essa ampliação, não através do PPP, porque o modelo ainda não fechou, mas ultrapassamos o limite, conforme reza a Lei de Responsabilidade Fiscal. Inclusive, foi alvo de um alerta do Tribunal de Contas do Município.

Então, presumo, salvo melhor juízo, que essa questão está intrinsecamente ligada a uma condição favorável para a cidade de São Paulo contrair empréstimos federais. É isso?

R – O que está, neste momento, contraído já e acertado são 60 milhões de reais do PAC, para essa reforma temporária, até que fique pronto o novo Anhembi.

A reportagem, que o senhor se refere, diz que o “projeto do Novo Anhembi, que é um projeto de alguns bilhões de reais, não temos” ainda esse orçamento pronto. Lógico que o desafogo da dívida e essa renegociação vão favorecer não só a atração de investidores para

esse projeto, como de outros projetos que São Paulo precisa urgentemente, de infraestrutura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Outra questão que eu gostaria de levantar é que nós, a Prefeitura de São Paulo, investiu no Governo passado e no atual também, com relação à candidatura que nós, infelizmente não ganhamos, não foi exitosa a campanha, que diz respeito à Expo 2020. Na ocasião foi dada entrada nesta Câmara Municipal uma alteração, a mudança, inclusive, do zoneamento, porque o complexo ia se instalar na zona Norte, e vimos gastos extremamente excessivos, os quais foram alvo e serão acompanhados, mais amiúde, mesmo porque os eventos realizados em Paris transcendem à normalidade.

Gostaria de perguntar a V.Exa. se esse projeto está descartado pelo Governo, mesmo porque sabemos que para qualquer empreendedor que deseje se instalar na cidade de São Paulo para realização de uma feira, precisa de preparo de no mínimo 10 anos antes, porque não há vaga não só no Anhembi, mas em todos os vetores ligados ao turismo de negócios. Verificamos então a necessidade de ampliação não só do Anhembi como também de outros locais que poderiam ter a participação direta da Prefeitura ou até mesmo a estimulação.

Há também o projeto Arco do Futuro, pelo que lembro, o lançamento foi realizado pelo Sr. Prefeito Haddad no sentido da desativação do Campo de Marte. Nesse local se pretende expandir também o turismo de negócios. Em contrapartida, falava-se que seria descartada a opção por Perus.

Gostaria de ouvir de V.Sa. uma manifestação sobre os assuntos.

O SR. WILSON MARTINS POIT – Neste momento, nosso foco é na região do Anhembi, sem incluir o Campo de Marte, o cone de aproximação. Todo projeto, os esboços do Anhembi, que estamos fazendo para o futuro não inclui ainda o Campo de Marte, mas são suficientes para dobrarmos a área do Anhembi. Hoje são 80 mil metros quadrados e vamos para quase 150 mil. E fazer uma interligação com o metrô, que vai ser muito boa; estacionamentos modernos, ar-condicionado, salas de conferência. Avaliamos que associado às outras ampliações incentivadas, que estão sendo feitas por outros recintos da cidade de

São Paulo – ou seja, Imigrantes, Center Norte, Transamérica, todos em ampliação -, nos próximos três, quatro anos, São Paulo oferecerá o dobro de área para exposições, o que é suficiente pelo que temos conversado com clientes, e continuará sendo. Queremos sim consolidar a nossa posição como polo de turismo de negócios e de lazer, descartando neste momento as áreas de Pirituba e do Campo de Marte.

P – Ainda há discussão, há alguns projetos em discussão na Casa com relação aos corredores de ônibus. E está aqui o Presidente do PT... que pode nos dar alguns esclarecimentos.

E estou lendo na reportagem sobre a PPP para construção de corredores de ônibus, creches e garagens subterrâneas. Verificamos e acompanhamos nesta comissão, houve um debate com relação aos corredores de ônibus, e foi solicitado ao final, com aprovação unânime de todos os membros, ao Tribunal de Contas - que estava analisando as dez concorrências -para sobrestar o feito, mesmo porque não havia recursos, licenciamento, enfim, o mínimo para aprovação sequer dos recursos federais. Pergunto ao senhor, a quantas anda essa questão? Há pretensão de PPP para construções de corredores de ônibus, creches e garagens subterrâneas?

R – Não está no foco da São Paulo Negócios, ao contrário do que diz a reportagem, neste momento. O foco da São Paulo Negócios é continuar ajudando na PPP da iluminação pública, no nono Anhembi, no Arquivo Municipal. Eu diria ao senhor que há mais de 20 pedidos de secretarias para que façamos articulações de parcerias público-privadas. Se quisermos fazer tudo isso, precisamos de foco. Então estamos junto com a Secretaria de Governo Municipal e o CGP – Conselho Gestor de PPPs elegendo prioridades. Vamos precisar de algumas para colocar no caminho neste mandato. Não dá para fazer tudo isso.

P – Com relação à PPP da Iluminação Pública, o senhor tem conhecimento profundo a respeito dessa questão?

R – A respeito da PPP Iluminação Pública o nosso conhecimento é técnico, de

como se fazer a PPP. Fomos contratados pela Secretaria de Serviços, contrato bastante exitoso, muito bom, em que estamos agora na fase das audiências públicas. Quinta-feira agora haverá uma. Estamos em fase avançada e muito otimistas, há muitos grupos interessados, parece que de outros lugares do mundo e quinta-feira será um dia importante, é a primeira audiência pública da PPP da Iluminação. Particularmente, sou bastante otimista com isso. Por coincidência, sou engenheiro eletricista de formação, trabalhei a vida toda com eletricidade e sei, posso ver na Avenida 23 de Maio os exemplos colocados pela Secretaria de Serviços, pelo Ilume, um lado da pista com *led* e o outro não. E como são muito mais econômicas, 60% de economia de energia, e quanto à vida útil das lâmpadas modernas, é cinco vezes maior. E o grande *smart grid*, que conversa com os nossos *notebooks* e conseguimos saber a distancia se queimou ou não, evitando fraudes. Creio que o Governo pode entregar para o privado e cobrar eficiência, cobrar qualidade na iluminação, nível da iluminação, economia. Serão esses os verificadores previstos no pagamento variável do contrato, contrato com o qual São Paulo será pioneiro, espalhará pelo Brasil inteiro. É uma tendência sim entregar ao privado, cobrar eficiência poder medir, pagar uma medida que trará redução da criminalidade, melhoria na qualidade de vida na cidade.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Com relação a isso, acho que é ponto pacífico, é uma questão de necessidade a melhoria na qualidade da iluminação pública. Se nós verificarmos há luminárias que além de não iluminar emitem gases nocivos à população. E falo da maioria das luminárias hoje implantadas na cidade de São Paulo. Mas me chama atenção diversas manifestações quanto à inconstitucionalidade de elaborar essa PPP. Leio aqui uma manifestação do Dr. Kiyoshi Harada e Dr. Ives Gandra, que fala exatamente essa questão. Cita que a PPP nesse caso está fundamentada no artigo 2º, da Lei 11.079, de 2004, no parágrafo, vou ler o *caput* do artigo, que fala: “Parceria Público Privada é o contrato administrativo de concessão na modalidade patrocinada o administrativa”. Aí ele vem: “Concessão patrocinada”, que explica que é uma concessão de serviços públicos, as obras públicas, adicionalmente a

tarifa cobrada do usuário. A outra questão fala da concessão administrativa, que é um contrato de prestação de serviços sem que a usuária direta e indireta se envolva na execução de obras e fornecimentos. E no parágrafo 3º, e aí é onde a coisa pega, que diz que: “Não constitui Parceria Público Privada a concessão comum, assim entendida a concessão dos serviços públicos e de obras públicas de que trata a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando não envolver – e é o caso – contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado”. Aí vem: “De fato, ausente a tarifa a ser paga pelo usuário da iluminação pública, não há lugar para PPP e é como uma PPP para exploração de uma rodovia sem pedágio”.

Na realidade, a questão está atrelada a essa questão que a Prefeitura de São Paulo cobra tarifa de iluminação pública. O serviço que presta diretamente mediante cobrança de tributo a contribuição para iluminação pública, conhecido como a Cosip, que é arrecada juntamente com a tarifa de energia na conta de cada consumidor na conta de energia elétrica e repassada posteriormente aos cofres da Prefeitura. Então mostra que não é, isso aqui é uma tarifa, uma taxa de Prefeitura. Ela é repassada através de uma conta de luz.

A outra coisa que ela tem, mas não é só isso, por meio de obras nebulosas, que me nenhum lugar e em nenhum momento define de forma clara, como faz a remuneração do concessionário que herda a infraestrutura já existente, conforme descrito no inventário na rede municipal. Ele destina todo produto da arrecadação da Cosip para a remuneração da concessionária. Ora, não existe e nem pode existir a PPP para contrapartida do Poder Público ao parceiro privado, que é representada pela destinação total da arrecadação de determinado produto. E ela vem nessa questão da necessidade que dispensa a formalidade da ordem de pagamento pelo ordenador da despesa pública, e isso é uma coisa fundamental porque entra díptero da Lei de Responsabilidade...

O senhor está preocupado, Vereador?

Eu acho preocupante porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – É que eu gostaria que o senhor fizesse as

perguntas.

O SR. AURELIO NOMURA – Estou fazendo as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Não. O senhor está fazendo a leitura de uma análise feita por juristas.

O SR. AURELIO NOMURA – Eu estou fazendo esse encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Se o senhor pudesse fazer as perguntas seria mais fácil para a gente poder andar.

O SR. AURELIO NOMURA – Eu gostaria de ouvir a contraposição dessas questões que estou levantando. Apesar de que é uma Comissão de Finanças, mas nós estamos discutindo aqui uma coisa extremamente importante, porque futuramente podemos ter esse problema, mesmo porque não colocamos dentro do orçamento essa questão da iluminação pública no caso de não ser possível realizar a PPP. Então isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Só pela oportunidade, é que nós constituímos uma Subcomissão que discute exatamente isso - e o Nomura - o senhor - faz parte. Porque assim, senão vamos perder aqui uma oportunidade de fazer o debate sobre o Orçamento, quando, na Comissão de Finanças, nós já temos uma Subcomissão para discutir isso.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Não, não, então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Especificamente.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Eu gostaria de ouvir a manifestação do Presidente aqui da SP Negócios nessa questão, que eu acho de fundamental importância. Eu não vou descer aos detalhes, mas eu gostaria também de falar a respeito das garantias acumuladas, exigidas, que são de 40 milhões, seja através de dinheiro, caução, caução de títulos, enfim. Também nessa questão do seguro social, de 40 milhões também, patrimônio líquido de 365 milhões, isolado; ou 420 milhões, através de um consórcio. Atestado de projeto de infraestrutura, em qualquer modalidade desse *Project Finance*, é de 400 milhões - não é

necessário ser registrado no CREA -, e aqui tem a exigência de ser registrada no CREA.

Essa questão de operação e manutenção preventiva e corretiva de, no mínimo, 200 mil pontos de iluminação pública também nos chama a atenção, porque nem as distribuidoras - eu estive vendo isso - como a AES Eletropaulo e a CPFL Serviços possuem esse quantitativo, uma vez que só fazem a corretiva, que é a substituição de pontos de luz queimados - e não preventiva.

Então, eu estou... Essa questão e também vou mais: a questão do objeto da licitação que diz respeito à modernização, otimização, expansão, operação, manutenção, controle remoto - como V.Exa. havia falado - em tempo real, é um serviço, me parece, de telegestão, e é um equipamento que vai monitorar todas as luminárias que estão em funcionamento. E, por essa razão, entendemos ser desnecessária e descabida a exigência de 200 mil pontos envolvendo a operação de manutenção preventiva e corretiva. Esse critério também não existe um critério de desempate, porém fixou a margem de preferência para produtos manufaturados e nacionalizados, com objetivo de preservar a indústria brasileira.

O que estamos verificando também é que caberia à Prefeitura de São Paulo indicar a Comissão Interministerial de Compras Públicas - CICP, instituída pelo artigo 7º do Decreto 7.546/2011, que é produtos de iluminação com tecnologia LED, e serviços para que sejam procedidos estudos de viabilidade de inclusão na lista de produtos e serviços passíveis de aquisição com margem a preferência pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, mas não o fez.

E o pior agravante é que, na ata de reunião do Conselho Gestor da PPP, em especial o item 5, bens da concessão, existe uma previsão de locação de ativos para o Poder Público, ou seja, a empresa vencedora poderá alugar luminárias de LED - luminárias de LED! -, na forma de arrendamento, ao invés da compra, para fazer as substituições de 580 mil pontos de iluminação deixando de recolher o ICMS. Então ainda é uma fraude tributária que estamos vendo. A outra questão, só finalizando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vereador Nomura, peço para concluir as perguntas porque assim já respondemos todas.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Mas estou fazendo todas, se V.Exa. permitir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – É que não entendi as perguntas. Estou atento.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Então vou repetir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Por favor, desde a primeira.

O SR. AURÉLIO NOMURA – E a outra questão que nos assusta é que existe uma intenção de favorecimento dessas pessoas que irão participar, porque na cláusula 18 do contrato fala que a concessionária poderá explorar fontes futuras de receitas complementares, acessórias ou produtos associados nas áreas integrantes da concessão, dentre elas até a venda de carbono.

Primeira pergunta: o que tem isso a ver com a iluminação pública.

Outra questão: estamos repassando ao bel prazer as receitas complementares, acessórias dos projetos associados, em que a apresentação dos 11 projetos, o máximo chegou a 27 bilhões ao invés de 7 bilhões.

Então essa é a pergunta, por que fazer tão rápido quando há necessidade de nos debruçarmos para não errarmos, porque essa concessão poderá ajudar muito a cidade de São Paulo, mas feita erroneamente irá prejudicar todos nós durante muito tempo, mais de 20 anos.

Eram essas as indagações que gostaria de fazer. Muito obrigado.

R – Agradeço, mas gostaria de passar ao Dr. Pirajá, nosso Diretor Jurídico, para complementar minha resposta. Viemos preparados para discutir o orçamento da SP Negócios e a PPP da iluminação pública, acho que a maioria dessas respostas deve ser dada pela Secretaria de Serviços e pelo Ilume, que são os responsáveis. Quinta-feira vai ter uma audiência pública que será o fórum apropriado. Inclusive, será a primeira.

Peço ao Dr. Pirajá que complemente, por favor.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Fizemos essa pergunta com base na manifestação de V.Exa., que fala que o principal projeto da SP Negócios será a PPP de iluminação pública.

Então estamos nos debruçando exatamente em cima disso e acho pertinente porque é uma matéria orçamentária que diz respeito àquelas contribuições que não saem de graça e que não são dadas simplesmente sem nenhuma vinculação econômica. Muito pelo contrário.

O SR. RICARDO NUNES – Apenas uma questão, Sr. Wilson, qualquer questionamento de Vereador, em qualquer momento, é pertinente. Temos na Comissão de Finanças e na peça orçamentária o valor de 1,8 milhão relativos à iluminação pública.

Então só para deixar claro: questionamento de Vereador sempre é pertinente em qualquer momento.

R – Vereador, lamentamos muito, mas para responder sobre PPP da iluminação pública é a Secretaria de Serviços. Somos contratados para prestar assessoria e consultoria. Nós ajudamos a Secretaria. Não estamos autorizados a falar detalhes de um projeto que é deles.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Mas vocês fazem assessoria e o principal projeto é a PPP de iluminação pública. Eu fico abismado, porque esta é uma Casa que fiscaliza e pelo que me parece vocês são empresas da Prefeitura Municipal. Ou vocês são contratados e dependem de uma manifestação da Secretaria para autorizar. Porque, pelo que me parece, os senhores estão aqui dentro da estrutura da cidade de São Paulo. Essa é a pergunta que gostaria de refazer à V.Exa.

O SR._____ - Nós somos contratados pela Secretaria de Serviços.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Presidente, gostaria que os recursos da SP Negócios fossem retirados. Que déssemos zero de recursos para ela, porque não fazem parte da Prefeitura de São Paulo. São contratados, mas não fazem parte.

O SR._____ - Nós não recebemos recursos orçamentários diretos. Todo orçamento da São Paulo Negócios é por meio de contrato com as Secretarias. É recurso contratual.

P – Mas não se trata de uma empresa pública?

R – É uma sociedade de economia mista.

P – Quem é o principal acionário?

R – É a Prefeitura.

P – Meu amigo, o senhor vai me desculpar, mas como advogado, o senhor sabe melhor do que eu.

R – Temos um contrato. Nós só atuamos nesse projeto por vínculo contratual com a Secretaria de Serviços.

P – O senhor foi estudar a questão desse contrato, da legalidade ou não da PPP. O início de qualquer estudo está atrelado a essa questão jurídica para depois caminhar. Estou equivocado?

R – Nesse caso especificamente da legalidade da PPP há um parecer da Procuradoria Geral do Município.

P – E ele não foi contestado?

R – Até agora não foi contestado por ninguém.

P – É usual a contestação, faz-se o parecer, que é apresentado por diversas Secretarias e, muitas vezes, questionado em outra Secretaria. Esse questionamento é normal, apesar de que se houver uma decisão do Sr. Prefeito, aí sim passa a entender e seguir aquele parecer. É isso?

R – É o parecer foi aprovado pelo Procurador Geral do Município.

P – O projeto contratado pelos senhores tem base em quê? Quais os objetos relativos a essa contratação? Qual o valor dos recursos? E quantas pessoas estão envolvidas nesse projeto?

R – O contrato com a Secretaria de Serviços é para prestar assessoria e consultoria em toda estruturação do projeto de Parceria Público Privada e a empresa toda está envolvida. O valor do recurso é de 1,8 milhão.

P – Quantas pessoas envolvidas?

R – Praticamente todos da companhia.

P – Os 19 funcionários?

R – Isso varia de acordo...

P – Desculpa, no contrato tem de se colocar homens por hora. Não é? Então o senhor tem, mais ou menos, uma ideia. Não são todos que estão envolvidos. Estamos aqui, numa Casa de Leis, para entender números. Na Comissão de Finanças mais ainda.

R – Varia de acordo com a fase. Dependendo da fase, existe uma equipe que é exigida mais que outra. Por exemplo, agora estamos numa fase de consulta pública. Essa fase tem uma exigência menor. A anterior, de colocação dos documentos para consulta, foi uma fase que exigiu bastante da companhia.

P – Achei interessante que uma das participantes é o Consórcio Luzes Paulistanas, da empresa Ampla Infraestrutura, que pertence à *holding* do frigorífico Friboi. Isso é interessante, não é? É isso? Gostaria de perguntar se o Consórcio Luzes Paulistanas está participando desse certame.

R – Está. Ele é um dos consórcios que apresentou estudos. Ainda não há fase de certame, estamos numa fase interna de estudos.

P – Volto a perguntar sobre a questão das garantias acumuladas exigidas. Isso nunca aconteceu nesse montante exigido pelo edital. Volto a falar, não sei se o senhor tem conhecimento, mas deve ter acompanhado, porque como os senhores são os responsáveis pela elaboração dos editais. Garantia proposta: 40 milhões. Capital Social: 40 milhões. Patrimônio Mínimo: 365 milhões isolado ou 420 milhões através de consórcio e, principalmente, sobre esse atestado de projeto de infraestrutura, obrigatório o registro no CREA. E sobre a

questão da habilitação técnica que diz respeito à manutenção preventiva com relação a 200 mil pontos de iluminação.

Volto a falar, nem a OAS, nem a AES Eletropaulo, nem a CPFL Serviços têm esse contrato. Não sei da onde os senhores vão trazer esse contrato, só se for de fora. Gostaria de ouvir com relação a essas exigências.

R – Vereador, repito, o titular do projeto é a Secretaria de Serviços. Nós apenas a assessoramos.

P – Mas não foi consignado nada com relação a isso?

R – Nós sim avaliamos os estudos.

P – É isso que gostaria de ouvir.

R – Isso é fruto dos estudos e todas as exigências de habilitação estão baseadas em critérios...

P – Os senhores não opinaram nisso?

R – Nós assessoramos na elaboração dos documentos.

P – E qual foi a recomendação: acolheram exatamente todas essas solicitações?

Não houve debate? Não houve nada?

R – Muito. Foram 11 estudos.

O SR. _____ - Muito debate. A ideia aí é evitar que participem desse processo grupos ou consórcios sem experiência. A cidade de São Paulo não pode perder essa oportunidade de um projeto extremamente importante. Houve muitos debates.

P – Mas nenhuma empresa brasileira vai ter condições de participar desse edital de licitação porque não existe, volto a falar, um contrato que preveja isso. Não existe. Estou falando da AES Eletropaulo, que é a maior – não sei se a *Light* também -, mas fui consultar a AES Eletropaulo e a CPFL Serviços e eles não têm esse quantitativo.

Então volto a perguntar à V.Exa., está correta essa posição? Porque nenhuma empresa brasileira vai apresentar - acredito eu -, esse atestado, principalmente registrado no

CREA.

R – Isoladamente talvez não, mas em consórcio sim.

P – Se considerarmos, por exemplo, a Ampla Infraestrutura. Ela nunca participou disso, vai concorrer, vai se habilitar e vai apresentar documentos hábeis e técnicos para participar desse certame. Então não resolvemos o problema. É isso que estou querendo dizer.

Colocamos valores excessivos que nos deixam preocupados. Era isso que gostaria de entender. Também gostaria de ouvir sobre essa questão com relação a fontes complementares. Quer dizer, abriu-se essa possibilidade e pergunto: o que tem a ver a iluminação pública com relação a essas receitas complementares e acessórias de projetos associados e que serão dados, exclusivamente a quem ganhar a concorrência, e segundo dados, informações de estudos que estão em poder da Prefeitura do Município de São Paulo, pode chegar a quase 20 bilhões de arrecadação nesse período de concessão.

O SR. RODRIGO PIRAJA - Vereador, estamos exatamente na fase de consulta pública para que os documentos ser criticados, questionados, aperfeiçoados pela participação de todos.

O SR. WILSON MARTINS - A próxima quinta-feira é a primeira sessão...

O SR. RODRIGO PIRAJA - De audiência.

O SR. WILSON MARTINS - Exatamente na fase de checar esses números. Viemos hoje aqui, respeitamos, estamos respondendo, mas viemos pensando no orçamento da SPNegócios, e para a audiência pública da PPP denominação, que uma matéria da Ilumine e da Secretaria de Serviços, estaremos juntos, mas estamos bem na fase desses questionamentos, de discutir isso nas audiências que serão realizadas nas próximas semanas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Esse assunto da PPP, é um assunto que aqui na Casa, já trouxemos o Secretário Marcos Cruz, na subcomissão - temos uma subcomissão instalada, na Comissão de Finanças com relação a esse assunto - já veio o Secretário Simão Pedro, Secretário Marcos Cruz, é um assunto que preocupa bastante a Casa.

Pelas dúvidas que vi, sugeriria, como estamos na Peça Orçamentária 2015, creio que suas questões sejam por conta dos Hum bilhão e oitocentos que a Secretaria de Serviços contratou a SPNegócios. Nada impede nobre Vereador que o senhor solicite a copia do contrato e o relatório... Sugeriríamos, para amanhã, na reunião ordinária, convidarmos a SPNegócios a vir na subcomissão.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Vamos fazer uma solicitação com o Presidente da Subcomissão, mas pediria, se fosse possível, diante mão o contrato e também outros documentos pertinentes a espécie. Acredito ser uma matéria extremamente importante. Estamos preocupados, estamos falando nos próximos 20 anos, - acredito que não estarei vivo – mas meus filhos, netos vão estar presentes aqui, vão sofrer ou não, espero, torço para isso, não vou permitir que a coisa seja feita de qualquer maneira. Vamos acompanhar porque entendemos, e concordo com V.Exa. que essa questão de iluminação publica é uma questão social, não só de segurança, mas uma questão social. Precisamos trabalhar com base nessa questão e trabalhar a fundo. Até hoje, infelizmente, os governos que aqui chegaram não fizeram estudo devido e adequado de iluminação. Agora, esse contrato de iluminação mostra preocupações. É isso que queremos acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Nobre Vereador fui informado pela assessoria, de que a solicitação que a Subcomissão de Iluminação pública fez ao Executivo, já chegou, são 29 volumes. Todo o processo capa a capa. Amanhã teremos a reunião às 10hs, em que será proposto o chamamento do Secretário Chico Macena.

O SR. WILSON MARTINS - Ultimo esclarecimento, assunto até já superado, que é quanto ao novo Anhembi.

Ainda esta em fase de estudos, e conclusão dos estudos, mas a principio não há nenhuma indicação de qualquer dependência em relação a renegociação da divida com Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Com a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da União São Paulo, Trabalho e Empreendedorismo. Cumprimento todos os presentes, para debater a Peça Orçamentária de 2015. Realizamos um estudo no Estado de São Paulo, se fosse um País, nos meados de 2002, seria o 95º mais rico do planeta. Devido as políticas públicas de desenvolvimento que foram implantadas aqui no Estado de São Paulo, por meio do Governo Federal, se São Paulo, hoje, fosse um País estaria dando G20 entre o 18º mais rico do mundo. Mas é um estado de desiguais, porque 25% de cidadão detectou toda a riqueza do Estado, esmagando quase 80 mil, cidadãos do Estado de São Paulo. O cidadão antes da gestão do Sr. Prefeito Haddad, o Município perdia cerca de 45 dias, por ano, só no trânsito, o empreendedor cerca de 35 dias por ano, causando um prejuízo de mais 3 bilhões na Cidade de São Paulo. No investimento de políticas públicas de mobilidade urbana do Governo de Estado. Quando começou a construir o Metrô na Cidade de São Paulo, em 68, também teve início no México. O México, hoje, está com 250Km construídos...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Sr. Laerte o que tem a ver o Metrô do México com o que estamos tratando.

O SR. LAERTE BRASIL – Tenho três minutos, mas se fica me cortando, perco o raciocínio e alguns segundos.

A Cidade de São Paulo, o governo retrocedeu, 68 km, além disso, superfaturou em 40%, cada quilometro. A Cidade de São Paulo hoje se espelha nos pequenos, nos micros e grandes eventos. Esses eventos trás recursos econômicos para a Cidade de São Paulo e gera emprego. Nos planos de GT, de formação de política do Sr. Prefeito Fernando Haddad, nas duas audiências públicas, os planos de metas, apresentamos a criação de uma secretaria municipal de turismo e desenvolvimento dos micros, pequenos e grandes eventos aqui na Cidade de São Paulo, com uma dotação, aproximadamente de 1% de arrecadação da Cidade de São Paulo. Essa é a sugestão que trago aqui para avaliação da SPNegócios.

Outra questão e sugestão é abrir o Autódromo de Interlagos, não só para o

automobilismo mas para a realização de outros eventos, distribuindo uma taxa, com impacto de cada evento, não a taxa única que é cobrada para todo evento. Finalizando, quero dizer, que temos a Parada Gay, evento que gera cerca de 200 milhões de economia aos cofres da municipalidade da Cidade de São Paulo, está destinado a dois milhões. Agora o evento do Rotary vai dar 40 mil pessoas, gerando cerca de 35 milhões de reais, um aporte de sete milhões de reais. No atletismo, na Cidade de São Paulo, os eventos maiores que temos são a São Silvestre e a maratona que se realiza. No Governo Serra foi apresentada uma lei que é verdadeira aberração, na cidade de São Paulo, para as corridas de rua. Por exemplo: esses dois eventos como são realizados pela Globo, podem ser organizados às 09h. Na Lei do Serra, são 08h, para os pequenos e médios. Na área de atletismo, essa lei é válida, mas não é aplicada para esses dois eventos.

Para mim é uma verdadeira aberração, gostaria de colocar ao Presidente da São Paulo Trans para mudar esses eventos na área de atletismo, pelo menos, para às 09h.

E tem outra, nós analisamos que, de 20 a 25% do pessoal que se inscreve, perde as inscrições devido a esse horário. Há grupos nesses dois eventos em que há grande aporte de financiamento público das empresas, além disso, eles não distribuem as inscrições para a premiação. A premiação nesses dois eventos é verdadeira aberração.

A gente começa, em 2015, realizar a Super Copa Uni Nações excelências de maratonas e só a fase inicial e a última fase aqui nós vamos ter 1 milhão de participantes, ultrapassando todos eventos, gerando cerca de 450 milhões para os cofres públicos.

Finalizando, é o sobre o Carnaval. Apresentamos uma tese na audiência pública da Cultura em que seria a descentralização do Carnaval de rua para as 32 subprefeituras, assim a cidade de São Paulo faria uma grande Carnaval em 2015.

Era o que eu tinha para cientificar no momento.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - O senhor tem a palavra para responder

para o Sr. Laerte Brasil.

O SR. _____ - Agradecemos as sugestões, só para pegar a última colocação, como eu disse o Carnaval de rua do ano que vem em São Paulo deverá ser um dos maiores do Brasil. A São Paulo Negócios, junto com a Secretaria de Cultura, busca recursos para patrocinar melhor esse evento e dar maior conforto aos foliões.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Ok. Muito obrigado. Agradeço a participação dos Srs. Wilson, Rodrigo e Valmir. Certo? Muito obrigado.

Declaro concluída a audiência pública da São Paulo Negócios.

Suspendo por um minuto, para iniciarmos a audiência pública da Prodam. Já avisando que, infelizmente, o Presidente, Sr. Márcio de Andrade Bellisomi não se faz presente, enviou representantes. Vamos realizar a audiência pública, mas chamaremos o Sr. Bellisomi oportunamente, nesta ou na semana que vem.

- Suspensos os trabalhos.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Bom, peço para a assessoria ver quem são os representantes da Prodam.

Já adiantando que vamos convocar o Diretor Presidente, Sr. Márcio de Andrade Bellisomi, talvez nesta semana ou na semana que vem, para prestar esclarecimentos de fundamental importância aqui, para a companhia.

Quero chamar os Diretores Srs. José Mauro Gomes, Luiz Cássio Aguiar Becker Filho e Sérgio Mauro de Souza Santos Filho.

Lembrando, eu fui funcionário da Prodam por muitos anos, temos acompanhado a companhia, que, infelizmente, enfrenta percalços atualmente. Nós já enfrentamos muitos problemas, inclusive por várias vezes até de fechamento. Tenho a convicção que seus funcionários de carreira são extremamente competentes, mostraram para o que vieram, mas há necessidade, pelo que está denotando, de correções a serem feitas pela diretoria.

As reclamações feitas são de diversas ordens, em quase todas as secretarias.

Estivemos ouvindo o Diretor Presidente, eu não estava aqui, mas numa CPI, mas foi um depoimento que acirrou ainda mais as questões pertinentes à companhia. É importante que os Srs. Diretores, aqui presentes, pudessem nos relatar alguns fatos, as mudanças de ações, porque a grande maioria desta Casa tem questionamentos com relação ao bom funcionamento da companhia.

Infelizmente, volto a falar, infelizmente, porque como conheço alguns funcionários, vários saíram, mas há muitos que conheço, sei de suas expertises e de seus conhecimentos. Então tenho certeza que ainda há pessoas extremamente competentes para dar andamento às ações e atribuições da Prodam.

Estamos numa fase hoje nesta questão de internet das coisas, avançamos muito. Vemos a eliminação pública das ações complementares que são extremamente importantes e que imaginava estar demandando muito pela companhia essas ações.

Só vou pedir uns dois minutos, porque o Vereador Ricardo Nunes teve de se ausentar e já está chegando. Ele, como relator do Orçamento, é importante que possa ouvir o que se pretende fazer em 2015.

Não sei se os Srs. Diretores já prepararam a pauta. Vamos aguardar. Suspendemos por cinco minutos, logo mais retomaremos essa questão.

- Suspendos os trabalhos são reabertos pelo Vereador Ricardo Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Reabertos os trabalhos.

O Vereador Nomura já identificou quem são as pessoas que compõem mesa.

Com a palavra os representantes da Prodam. Falem o nome, por favor, antes de registrar a fala, por conta do registro taquigráfico.

O SR. JOSÉ MAURO GOMES - Bom dia a todos os presentes, em primeiro lugar gostaria de agradecer a oportunidade aos Vereadores Ricardo Nunes, Aurélio Nomura, em nome do Presidente Márcio Bellisomi quero agradecer a oportunidade de conversar um pouco sobre o orçamento da Prodam. Tenho notado a seriedade com que os Vereadores vêm

conduzindo os trabalhos, esmiuçando todos os detalhes dos orçamentos da Prefeitura e das empresas, enfim, inclusive, os da própria Prodam.

Aqui comigo estão dois Diretores, o Sérgio Mauro e o Luiz Cássio. Depois da exposição que faremos sobre o orçamento, estaremos disponíveis para as questões. Preparei alguns *slides* para projeção.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – José Mauro, antes de começarem, existe alguma justificativa para a ausência do Dr. Márcio de Andrade?

O SR. JOSÉ MAURO – O Dr. Márcio tem uma audiência com o Prefeito e uma reunião preparatória com outros Secretários em Sempla, hoje pela manhã. A audiência é sobre o sistema e sobre outros assuntos bastante importantes para a Prodam. Ele esteve aqui no dia 06 e, infelizmente, a gente acabou não conseguindo falar e, hoje, ele foi tomado por essa necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado.

O SR. JOSÉ MAURO – Posso continuar? (Pausa)

Senhores, passarei uma projeção da participação relativa da Prodam desde o início da sua história no orçamento da Prefeitura Municipal.

Vocês vão perceber que, ao longo de sua história - a Prodam nasceu em 71, no contexto do nascimento de diversas empresas públicas de TI nas capitais e nos Estados – já teve uma participação bem maior. Hoje vários estudos indicam que a TI nos Governos tem uma participação na faixa de 3% a 3,5%, quando se considera um bom aproveitamento do gasto na TI.

Há um certo tempo, os gastos com a Prodam vêm se reduzindo. Vemos que chegou a ser mais de 3% de participação no orçamento. Não tenho os dados da execução, que estaria numa curva parecida, mas um pouco abaixo sempre. Hoje, estamos numa faixa de 0,6 ou 0,7%, como vocês notam. E os gastos com TI, de um modo geral, na Prefeitura, se pegamos a subfunção que trata de sistemas, não chega a alcançar 1%. Em outros tempos, já

alcançou mais de 4% do orçamento da Prefeitura.

Então, quando falam que vem crescendo, pode vir crescendo um ano em relação a outro, mas há uma tendência de queda da participação relativa no orçamento.

Falando diretamente do orçamento da Prodam: no final das contas, é um orçamento de chegada, porque, fundamentalmente, as principais fontes de orçamento da Prodam se originam no orçamento das Secretarias. Temos a fonte do Tesouro de 2014 e 2015 no orçamento – volto a frisar -, então, era de 79,6% e está passado a 81,7%, com um valor absoluto de 326,9 milhões; recursos próprios que são as dotações que não constam do Sofi, que alcançam 14 milhões, representam 3,5%; transferências federais já vêm há muito tempo nessa faixa de 5 milhões pelo quarto ano seguido e receitas próprias da administração indireta, que está tendo um crescimento bastante tênue, passando de 8,3 para 9,9 milhões; outros recursos do Tesouro Municipal, recursos vinculados, essa é uma rubrica nova, que está condicionada à execução do orçamento e a aprovação de algumas coisas que ainda dependem de lei e do Judiciário, 14 milhões, são rubricas dedicadas exclusivamente a projetos.

Isso, do ponto de vista orçamentário, é uma grande inovação feita pela gestão do Prefeito Haddad. Exatamente para conseguir diferenciar quais as atividades e o que se precisa para a manutenção da máquina pública.

Na verdade, os recursos de projetos ficam um pouco escondidos na atividade 2171, que as Secretarias usam em grande escala para o pagamento da Prodam.

No cômputo geral, o orçamento está indo de 360 – depois, verão que isso é a dotação inicial; em 2014, por exemplo, houve um decreto de contingenciamento que reduziu os 360 para 303 milhões. Então, no ano passado, tinha 40 milhões nesse que seriam os 14 do orçamento de 2015, mas eles foram congelados logo no início do governo, de modo que os projetos acabaram se congelando ao longo do tempo e pouca coisa se executou nessa rubrica.

A partir das fontes, a gente das as alocações dos usos. Então, em termos de usos, a Prodam está passando, do orçamento de 2014 para 2015, de 169 para 179 milhões, mas

adianto que, evidentemente, são sempre os números iniciais de orçamento. Em termos de pessoal, por exemplo, estamos na faixa de projeção – estamos quase finalizando o ano, mas, dificilmente, vamos superar 151 milhões; o item materiais não está crescendo praticamente; tem despesas e algumas alocações de rubricas que estão sendo alteradas; equipamentos subiu, a Prodam vai passar por um processo de modernização tecnológica e, depois, podemos nos aprofundar nisso; outras despesas está tendo uma queda; investimentos é sempre uma conta...

Vou me permitir fazer um parêntese para falar um pouco da história da Prodam. Ela teve três momentos: um em que ela sobreviveu com um contrato único em algumas Secretarias. Ela nasceu ligada à Secretaria de Finanças; passou pela de Gestão e, hoje, está na Sempla. Isso foi até o ano de 2006-2007, mais ou menos, quando se tomou a decisão de se trabalhar por múltiplos contratos. Até então, a Prodam trabalhava com um único contrato sob ordens de serviço. Então, sempre o orçamento era de chegada. O que faltava se dava como aporte de capital. 2007, como já disse anteriormente, nesse período a Prodam passa por múltiplos contratos, mas ela continua basicamente atuando com predomínio de aporte quando não fecha a conta. Isso mudou, a gente já assumiu a Prodam em 2013, com a decisão de que não haveria mais aporte de capital. Então, fechamos o ano de 2013 num equilíbrio bastante tênue, mas fechamos e 2014 também provavelmente fecharemos equilibrados, mas sem aporte de capital. Então, essa é a terceira fase de vida da Prodam, sem aporte da Prefeitura de tal modo que os investimentos têm de acontecer necessariamente com a atividade operacional da Prodam. Existirá o investimento se evidentemente houver superávit.

Brevemente, essas são as questões que tenho para dizer sobre o Orçamento, depois a gente pode entrar em detalhes.

O SR. AURÉLIO NOMURA – A proposta orçamentária para 2015 totaliza, como a gente viu, 400 milhões, sendo a maior fonte de contrato diversas Secretarias num total de 327 milhões. Com relação a isso tem um dado curioso para custeio, são quase 200 milhões sendo

180 milhões para pessoal e 19 milhões para despesas gerais.

Dessas despesas operacionais, 149 milhões dos quais 53 para equipamentos e 50 para serviços. E 47 milhões para outras despesas. Para investimentos são 52 milhões, sendo 34 milhões para equipamentos de informática, 12 milhões para instalações e 5,5 para equipamentos. O que inclui nas despesas gerais e outras despesas que totalizam 66 milhões?

R – Outras despesas dizem respeito a instalações, aos contratos de serviços de um modo geral, de manutenção da empresa, condomínio, energia elétrica, que é um fator importante para a Prodam, tudo.

P – Proporcionalmente não deveria investir mais em equipamentos de informática em vez de despesas gerais e outras despesas? Parece-me que são gastos contingenciais e inesperados para esse item.

R – Na verdade, no fundo, esse Orçamento...o Orçamento da Prodam é um Orçamento de chegada, então, analisamos as fontes e tem de fazer uma atribuição porque por natureza o Orçamento das empresas estatais é um Orçamento equilibrado, ou seja, é zerado, então, a gente faz as atribuições e para todas as fontes a gente tem de fazer uma locação de uso. Esse é o princípio das estatais que afinal das contas até tem uma diferença no Orçamento Geral da União quando pega o Orçamento de investimentos e é basicamente dirigido a investimentos, não pega os custeios.

P – Recursos destinados a investimentos, totaliza 54 milhões. Se formos ver na Peça Orçamentária. Você verá, na Peça Orçamentária, Investimentos, está aqui, batendo o equivalente a 52 milhões. Recursos Destinados a Investimentos. Está aqui. Posso estar enganado. E esses recursos destinados para as despesas operacionais e tal, gerais e outras despesas, chegam a 66 milhões.

Só gostaria de entender o porquê disso.

O SR. _____ - Obrigado pela pergunta. Na verdade, Vereador, rigorosamente, nos usos, ele acaba tendo uma dupla contagem, pelo seguinte: o que está

previsto em investimentos é exatamente o que vai ser destinado ali para equipamentos, para máquinas e tal. Então ele aparece como uso, mas, no fundo, ele vai ser menor, porque os investimentos serão destinados para esses itens. Aqui nesses itens temos as despesas operacionais, despesas gerais.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Existe possibilidade de encaminhar para nós sabermos todos os dados com relação às despesas gerais ou das demais despesas?

O SR. _____ - Sem dúvida. Posso encaminhar.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Se estivessem aí esses dados, também seria uma boa. Existem esses dados aí?

O SR. _____ - Na verdade, é o seguinte. Como é o processo orçamentário das estatais? Acho que ela é sempre a última a enviar para a Sempla porque, para fazer nosso orçamento, dependemos da definição das rubricas para as Secretarias.

Então fazemos nosso orçamento meio que no final do processo para encaminhamento à Câmara.

Portanto, nem sempre o orçamento que enviamos para a Sempla quando eles fecham coincide com nosso orçamento.

Tenho, aqui, a nossa Peça Orçamentária, feita pela Prodam, enviada à Sempla. Essa eu já posso deixar com o senhor.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Acho que já seria interessante.

O SR. _____ - Agora, a outra, inclusive, na própria locação tem uma diferença em relação ao que nós colocamos e em relação ao que se define na Sempla.

Isso só para dizer que não vai coincidir. Assim: ele vai coincidir em números gerais. No custeio, por exemplo, ele vai coincidir com os 347 milhões, pois o resto é investimento e investimento destinado para cada um daqueles itens: equipamentos, despesas gerais e tal.

Vou deixar isso com o senhor, mas só para ser mais claro em relação às despesas gerais, eu havia falado em alguns itens, e aqui, tem os demais.

Então, aqui, as despesas gerais, entramos com imóveis e instalações, neste caso, quer dizer, tudo que é feito de melhorias, pois a Prodam não tem uma sede única, há uma na Pedro Toledo, como o senhor bem conhece, efetivo da Prodam no passado; está ocupando outra sede na Francisco Matarazzo e tem ainda o pessoal de treinamento que está na Zachi Narchi. Então, frequentemente, usamos recursos para fazer reformas e tudo o mais nesses imóveis.

Temos também destinação nos contratos de transporte, pois a Prodam se locomove muito na Cidade. E também serviços de: vigilância, limpeza e manutenção – como eu já tinha dito - a manutenção dos prédios e tal.

Há ainda consumo de água, energia elétrica e alguns outros serviços de terceiros. Esse é o detalhamento que o senhor tinha feito, inicialmente.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – A outra questão que não consegui entender, no item Investimento, há uma diferença entre equipamentos de informática – 12 milhões – e equipamentos – 5,5 milhões.

O SR._____ - Desculpe, Vereador, nos Equipamentos? Nos Investimentos, o senhor está falando?

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Em Equipamentos tem ‘outros equipamentos’, são 5,5 milhões.

Equipamentos de TI, 12 milhões.

O SR._____ - Só quero frisar o seguinte. Na verdade, o item investimento... Quando eu falo que é uma dupla vantagem, é que os investimentos, no final das contas, quando você faz o investimento, ele vai alimentar aqueles números ali, equipamentos, materiais; ele alimenta os itens de cima.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Outra questão é nós sabermos quantos contratos de *software* hoje a Prodam tem; e de locação de *hardware*.

O SR._____ - Olha... Locação de *hardware* e *software*?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Ou manutenção. Existem esses dados?

O SR. - Eu não tenho aqui, mas provavelmente mais de cem.

Porque o que a gente tem na verdade é o seguinte, o que a gente, Vereador - o Cássio pode falar em termos desse contrato especificamente – em termos de contrato de receitas, hoje a Prodam tem uma centena mais ou menos, e contratos de despesa um pouco menos que isso, um pouco menos de uma centena de contratos de despesas gerais; aí pega tudo, inclusive *hardware e software*.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Acho que o maior contrato que vocês têm deve ser IBM. Não sei se (ininteligível).

- Fala fora do microfone.

O SR. - Oracle.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Oracle. Aqui está uma grande grita, na Casa, na questão do projeto que vocês fizeram com relação aos fiscais. Foi entregue para cada fiscal aqui um *tablet*, foi comprado um *software*, foram gastos 20 milhões e até hoje nada, não teve absolutamente nada. Gostaria de entender o porquê, quais os motivos desse fracasso, quanto efetivamente custaram o *software* e cada *tablete*, e onde estão.

O SR. SÉRGIO MAURO – Bom dia a todos. Bom dia, vereadores. Meu nome é Sérgio Mauro dos Santos Filho, sou diretor de relacionamento de desenvolvimento um da Prodam. Este projeto específico está debaixo (*sic*) da minha diretoria, então vou tentar responder mais ou menos o que aconteceu. A gente tem que entender um pouco do histórico do que foi este projeto.

O projeto do sistema de gerenciamento de fiscalização, mais abreviadamente o SGF, foi iniciado nas gestões passadas. Ele teve início, se não me engano, em 2010 ou 2011 – não sei exatamente. Quando nós assumimos a atual gestão da Prodam nós recebemos esse projeto que já estava há bastante tempo sendo executado e ainda estava sendo tentativa de desenvolvê-lo para chegar até um bom termo (*sic*). A gente, assim que chegou, passou alguns

meses, especificamente até março, analisando o sistema como é que estava, junto ao pessoal do Prodam, como é que ele estava sendo feito, e durante três meses a gente ainda tentou levar à frente o projeto, dando continuidade aos investimentos que já tinham feitos (*sic*).

Mas depois desse tempo a gente rapidamente percebeu, principalmente até por uma questão econômica de que, em primeiro lugar, o sistema, até onde ele tinha sido desenvolvido, até onde ele já tinha sido colocado em funcionamento, ele não conseguia atender àquilo que ele devia fazer, tinha problemas seriíssimos de desempenho. Foi feito inclusive, isso antes da nossa gestão, mas a gente já soube e recuperou isso, foi feita uma tentativa de colocar ele em funcionamento em projetos-piloto em algumas subprefeituras, foi feita uma demonstração dele junto aos agentes vistoristas da prefeitura, e ele definitivamente se comprovou que não atendia àquilo que se esperava dele, quer dizer, ele não funcionou. Foi assim que a gente recebeu o sistema para olhar.

Nesses três meses iniciais a gente tentou ver se conseguiria dar continuidade ao projeto, analisamos e chegamos à conclusão de que, por vários motivos, algumas inadequações tecnológicas de opções que tinham sido feitas no passado, ele não conseguiria ter o desempenho necessário. Foi aquilo que ele fracassou quando ele foi tentado colocar em funcionamento (*sic*). E mais do que isso, durante esse período a gente fez uma análise do quanto que seria de investimento para continuar o projeto corrigindo os erros do passado, fizemos várias alternativas e vários cenários e chegamos à conclusão que seria melhor, do ponto de vista de código e do ponto de vista dos equipamentos móveis que ficariam de posse dos fiscais, seria melhor a gente reiniciar a parte de codificação do sistema, porque ele não conseguiria atender.

Os investimentos todos que foram feitos não foram jogados fora. Muita coisa a gente recuperou, principalmente continuamos recuperando toda a parte de especificação do sistema, aquilo que ao longo dos anos anteriores já tinha sido feito de especificação de desenho de projeto a gente recuperou, quer dizer, isso não se perdeu, a gente continuou com

eles. Uma grande parte dos investimentos que eram investimentos em infraestrutura no projeto, elas não foram perdidas (*sic*). Ou seja, aquilo que a gente comprou de equipamentos servidores para o *datacenter*, aquilo que a Prodam já tinha adquirido em termos de licenças de *software* e aquilo que a Prodam já tinha adquirido em termos de equipamentos para o SGF, aquilo continuou dentro da Prodam; isso não foi jogado fora. Basicamente o que a gente acabou perdendo e teve que começar de novo foi a recodificação do sistema.

Então de fato foi feito um investimento. A gente não tem esses números ainda, a gente não conseguiu apurar exatamente o que foi perdido em termos de investimento anterior e o que foi continuado a ser usado (*sic*). Uma boa parte continua a ser usada. Por exemplo, os *tablets* ao que o senhor se referiu. Esses *tablets*, de fato, a gente chegou à conclusão que tecnologicamente já estavam ultrapassados, eles não seriam os mais indicados para os agentes vistoristas em campo, mas nós demos outra destinação a esses *tablets*. Hoje esses *tablets* estão equipando cerca de 250 bibliotecas públicas de São Paulo, onde eles estão destinados para uso do público e foram levados para lá. Outros *tablets* a gente destinou para outros usos, por exemplo, até o projeto Abraça... como é que chama? O projeto que tem sido feito aí na área dos dependentes de *crack*; também estão sendo destinados. Então todos esses *tablets* foram destinados para outros fins e não foram perdidos. As licenças de *softwares* que foram adquiridas estão sendo utilizadas para outros sistemas, os servidores estão sendo utilizados, então nada foi jogado fora nesse sentido.

De fato o que nós perdemos foi uma grande parte de codificação quando nós decidimos mudar para outra plataforma. A gente está refazendo a codificação do sistema inteiro e estamos nessa parte.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Eu trabalhei na companhia, não sei se mudou a companhia agora nos procedimentos. Eu lembro que a assessoria jurídica fazia o contrato, dentro do contrato exigia os testes que deveriam ser elaborados, e depois tinha a entrega do produto quando todos os técnicos davam o *OK* no projeto, na aquisição. E aí era incorporado

no patrimônio e aí encaminhado para aquele cliente.

O que eu vejo, na realidade: nós estamos falando de mais de 20 milhões aqui. O Vereador Ricardo Nunes está me dando essa questão. Há necessidade de punir esses responsáveis, não importa a administração, porque nós estamos falando de 34 milhões, não 20, 34 milhões. Se nós compararmos os investimentos da companhia, que tem toda uma dificuldade de ampliação para investimentos, para compra de novos equipamentos, é um disparate nós simplesmente deixarmos para lá. Então volto a perguntar, e aí a minha pergunta: quais as punições e quais as ações cabíveis atinentes à espécie que a Prodam está tomando e a atual diretoria?

O SR. SÉRGIO MAURO – Uma vez constatados os problemas que tinha o sistema e que nós retomamos o sistema, uma primeira coisa que nós fizemos foi iniciar de fato uma auditoria interna dentro (*sic*) da Prodam para verificar todos os procedimentos que tinham sido realizados.

O SR. AURÉLIO NOMURA – O senhor me desculpe, mas se passou dois anos... Logo depois que vocês entraram na empresa, logo depois, três meses. Três meses e já se chegou à conclusão de que isso não cabia, não era adequado à empresa.

Então cabe o que? É a pergunta, pois, agora é que será feita uma sindicância? Depois de dois anos? O senhor vai me desculpar, mas alguma coisa está acontecendo na companhia.

Dois anos depois vai entrar com uma sindicância? É isso que eu entendi?

O SR. _____ - Não, já iniciamos essa auditoria a partir do ano passado e essa auditoria está em curso desde 2013.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Desde quando, que mês?

O SR. _____ - Começamos a auditoria no segundo semestre.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – O senhor poderia nos encaminhar essa documentação? Eu gostaria de fazer uma análise com relação a isso. Há um questionamento

na administração antiga que queria fechar a Prodam. E volto a fazer a pergunta: o que estou ouvindo é que estava se criando uma fábrica de software na Secretaria de Finanças. Na gestão passada.

E nessa gestão parece-me que está ocorrendo novamente esse assunto. A Secretaria de Finanças está, cada vez mais, se desvinculando da Prodam, que é o principal parceiro que tem. Então volto a perguntar isso: existe queda na arrecadação, no contrato com SF?

O SR. _____ - Passo a palavra ao Diretor, que cuida do contrato com a SF.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Só para termos maior produtividade no encaminhamento, com relação ao SGF, o senhor acha, esgotou as questões sobre o SGF, esgotou para o senhor? O senhor está satisfeito?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Não, não, pode continuar perguntando. É que o senhor vai passar para a Secretaria de Finanças.

Com relação ao SGF, só para termos mais claro, até porque os representantes dos funcionários da Prodam tem tido – alguns, não todos – uma impressão da Câmara que não a realidade, ou seja, que a Câmara Municipal, tendo intensificado as suas ações para entender o que está acontecendo lá, estão achando que é algo contra os funcionários, pelo contrário, é a favor da companhia, a favor dos funcionários.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Ah, falou? Desculpe, é que eu não estava presente.

Mas só para deixar claro, então, o SGF, lembrando que o Dr. Belissime, com muita dificuldade, acabou vindo à Câmara Municipal participar da CPI dos alvarás, e está nos registros taquigráficos, que ele mesmo diz – está lá – que foram gastos 20 milhões e que esse

dinheiro teria se perdido, porque a Prodam estaria abandonando o sistema.

Então só para deixar confirmado, realmente foram os 20 milhões e a Prodam abandonou o SGF.

O SR. _____ - De fato, sabemos que foram 20 milhões. Como eu disse, não sabemos exatamente o quanto disso se perdeu, pois boa parte do investimentos nós continuamos utilizando em infraestrutura, software, servidores, tudo isso, e mais licença de software, enfim, tudo, nós continuamos usando. Não temos o número exato do que se perdeu.

Não abandonamos o projeto. O que resolvemos foi aproveitar o que já tinha sido feito de projeto, especificação e toda a concepção do sistema, toda essa parte de projeto antes da codificação, estamos fazendo e fizemos uma revisão dessa especificação, atualizamos, pois já tinha se passado um ou dois anos a respeito disso, e estamos refazendo parte da codificação.

Então não foi abandonado o projeto. Estamos refazendo a codificação do sistema.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Viu Felipe? Então não foi abandonado o projeto. Nós temos uma previsão de quando ele será implantado? É que a situação das Subprefeituras é crítica, caótica, com relação à falta de um sistema.

As Subprefeituras gastam muito dinheiro com a Prodam e o resultado é muito pequeno. Um fiscal de qualquer Subprefeitura não sabe se é a padaria da frente tem o alvará de funcionamento ou não.

Então devemos ter um prazo para que isso funcione, para o que SGF seja colocado em funcionamento.

O SR. _____ - Sim, de fato, concordamos integralmente, acho que esse é um dos projetos mais importantes, no nosso entendimento, da atual gestão da Prodam, o SGF é uma das coisas mais prementes para a cidade de São Paulo sem dúvida alguma, por isso que retomamos o projeto e estamos empenhados nele.

Esse também é o entendimento do Prefeito que já nos disse que esse projeto é

importante para a Prefeitura. Os últimos cronogramas que temos feito houve problemas de orçamento. Com o congelamento orçamentário do ano passado tivemos que dar uma segurada, mas nos últimos cronogramas feitos está previsto que o sistema seja entregue na íntegra em meados do ano que vem. Em junho, julho do ano que vem devemos entregar o sistema operacional na íntegra.

E estamos estudando a possibilidade de entregar uma primeira fase, um primeiro pacote dele não na íntegra, mas uma parte já significativa que seria toda parte de automação de campo. Quer dizer, tudo aquilo que for apoiar o agente vistor em campo na sua tarefa do dia a dia da rua. Talvez a primeira versão esteja solta em janeiro ou fevereiro do ano que vem.

Então nossas perspectivas, uma vez fechadas todas as questões orçamentárias necessárias é essa. Entregar em julho do ano que vem o sistema na íntegra funcionando. E em janeiro, fevereiro uma primeira etapa de pelo menos alguns módulos principais do sistema.

É lógico que isso tudo depende de questões orçamentárias, mas em princípio isso está garantido. Já negociamos com Sempla e está sendo garantido. Acreditamos firmemente que esse prazo possa ser cumprido.

P – Então vocês estão negociando com Sempla que em janeiro, fevereiro estará entregando a primeira versão e em junho e julho será entregue na íntegra o programa SGF.

Então Vereadores Paulo Fiorilo e Aurélio Nomura, temos uma boa notícia. Só para registrar, quero deixar bem gravado que em janeiro, fevereiro a primeira versão do SGF será entregue e em junho, julho de 2015 estará o programa na íntegra entregue para uso dos fiscais.

Peço ao Diretor que possa nos explicar o que é a primeira versão em janeiro e fevereiro. E na íntegra teremos o programa funcionando entre junho e julho.

Gostaria também de deixar registrado ao Vereador Paulo Fiorilo que Sempla está participando desse processo. Está presente um representante da Sempla.

Então o senhor pode nos explicar o que seria a primeira versão.

R – Só precisando melhor a questão da participação de Sempla, na verdade é porque Sempla é responsável pelo orçamento da Prefeitura e é com ela que negociamos os orçamentos. E é a Sempla que está fazendo a dotação orçamentária.

P – Quem de Sempla está participando dessa conversa do SGF?

(NÃO IDENTIFICADO) – Sempla está numa reformulação e há uma Subsecretaria de Tecnologia e Logística.

R – Há essa Subsecretaria, mas não sei se há uma pessoa responsável, acho que é toda Sempla, não sei.

P – Mas é certo afirmar que a Subsecretaria de Tecnologia de Sempla está participando com a Prodam...

R – Está acompanhando certamente.

P - Sobre a questão do SGF.

(NÃO IDENTIFICADO) – Essa Subsecretaria na verdade é o órgão central de logística e de tique da Prefeitura. Então ela tem, como uma de suas atribuições, acompanhar projetos.

Como falei, em termos orçamentários a Prefeitura deu uma inovada e já identifica no projeto 1220 tudo o que será feito de acréscimo de tique. Então ela vai acompanhar esses projetos prioritários da Prefeitura de alguma maneira.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Então, só para fazer a pergunta para, o senhor vai nos passar o que seria a primeira versão que iniciará em janeiro-fevereiro. Complementando a pergunta: 20 milhões já foram, não é? Então, para conclusão, será necessário mais algum recurso?

O SR. SÉRGIO MAURO SANTOS FILHO – Do que nós já gastamos até agora e do que tem previsto para o orçamento de 2015, que é o que nós estamos discutindo aqui, existe uma previsão de... Preciso pegar meus papéis, mas eu posso falar mais ou menos. Para 2015, acho que são mais 5 milhões, algo em torno disso. Eu precisaria, se tiver um pouco de tempo,

dar uma olhada no meu computador para pegar o número exato. Mas, para 2015, seria algo em torno disso.

P – Cinco milhões. Então, nós teríamos o custo total do SGF em torno de 25 milhões?

R – Isso. Talvez um pouco mais, porque a gente também já teve gasto neste ano com SGF fazendo a continuidade. Como eu disse, a gente não parou, a gente continuou atualizando as especificações e já começamos uma nova codificação. O quanto a gente já gastou? Talvez outros 5 milhões, algo por aí. Mas eu estou dando muita ordem de grandeza, isso não é um valor... A gente colocou mais 10 milhões. A gente deve ter colocado, ao longo do projeto inteiro, mais uns 10 milhões para dar continuidade, além do que já tinha sido gasto na gestão anterior.

P – Aquilo lá, para vocês, vocês têm números... Para nós, 5 milhões é muita coisa. Se o senhor puder pegar...

R – Depois eu posso olhar no computador, até o final da sessão talvez eu dê o número correto.

P – Tá. Com relação ao que seria a primeira versão, entre janeiro e fevereiro, o que será entregue...

R – Então, entendendo mais ou menos tecnicamente o que seria o SGF, o SGF tem grandes partes constitutivas: a pré-fiscalização, a fiscalização propriamente dita e a pós-fiscalização.

A pré-fiscalização compreende sistemas para captação da demanda de fiscalização, planejamento dessa demanda, roteirização da demanda e preparação da fiscalização em campo, além de outros sistemas auxiliares como cadastros, cadastros de demandantes *etc.* Essa é a parte de planejamento.

A parte de fiscalização propriamente dita é a parte em que o agente vistor vai a campo fazer a sua verificação. Isso abrange basicamente ele receber, no seu *tablet*, um roteiro

que ele deve cumprir ao ir até o local de fiscalização. Dentro do *tablet*, há um módulo de apoio jurídico onde consta toda a fundamentação jurídica atinente àquele caso específico de que ele vai tratar. Por exemplo, se ele vai tratar de muro, ele tem a legislação específica de muro. Ele faz a fiscalização com o uso do *tablet*, podendo inclusive tirar fotos, como modo de produzir a evidência do que ele está fiscalizando e com a possibilidade, com uma impressora portátil que ele carrega, de fazer imediatamente a impressão do auto de infração para entregar para o município. Esse é o módulo de campo, que dá apoio ao agente vistor para seu trabalho na rua.

Posteriormente, há toda uma parte de vários módulos, que abrangem a pós-fiscalização, que é o recebimento do resultado da fiscalização, que é fazer o retorno ao município daquilo que foi fiscalizado, que é fazer toda a inteligência do sistema, o balanço de todas as fiscalizações feitas. Isso tudo é a parte de pós-fiscalização.

Inteligência para verificar, inclusive, a possibilidade de remuneração variável *etc.* do agente, tudo isso é no pós. Essas três partes deverão estar prontas até meados do ano que vem, junho-julho. O que estamos propondo é possibilidade de que essa parte de campo já seja disponibilizada para o agente vistor, para facilitar sua vida. Isso porque temos um estudo mostrando que a maior parte da dificuldade em arrecadação das multas que são lavradas pela fiscalização vem por problemas de inconsistência no campo. Uma porcentagem que não é completa dos autos que são lavrados não consegue ser arrecadada pela Prefeitura por algumas inconsistências, e uma parte delas é por falta de apoio ao agente vistor, que não tem todo o instrumental necessário para fazer o trabalho em campo, que é um trabalho muito difícil e complicado. Então, a gente entende que se conseguisse entregar só essa parte de apoio do agente vistor em campo, boa parte das inconsistências a gente já tiraria e aumentaria a capacidade de arrecadação dos autos de infração.

Isso não significa que não existe a parte de pré e pós-fiscalização. Ela vai continuar sendo feito nos moldes em que é feito atualmente, porque hoje essas partes já são feitas de uma forma menos automatizada, mais manual – tanto a pré-fiscalização, quanto a pós-

fiscalização e mesmo a própria fiscalização em si. O que a gente vai fazer é continuar usando em janeiro-fevereiro o modo como é feito hoje na pré e na pós, mas já automatizando a parte de fiscalização em campo propriamente dita.

(NÃO IDENTIFICADO) - Vereador, me permite só um aparte nessa fala? A gente está aqui e defendendo o orçamento da Prodam e às vezes somos confundidos com o que houve. Realmente, não dá para negar, isso vai ser constatado. Houve muito erro nesse projeto desde o início, mas a gente não veste a carapuça. Na verdade, o que a gente tentou desde o início foi salvar esse projeto. Isso é algo que eu gostaria que ficasse bem caracterizado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Sim, mas o Vereador Aurélio Nomura bem falou? Vocês entraram lá em janeiro de 2013; viram um problema como esse, que foi denunciado aos quatro cantos e, passados dois anos, a gente não vê nada de concreto? E já estão previstos R\$7.021.572,00 para 2015 com relação a esse sistema. Virou um buraco sem fundo, não é? Aí, a gente gasta esse dinheirão, 20 milhões; as subprefeituras não têm condições de trabalhar e vocês não fizeram nada? Temos que ter essa liberdade e essa transparência para falar o que pensamos. Acho que isso é importante e ajuda a Cidade. Quando eles vêm brigar comigo, eles têm que entender: nós somos Vereadores eleitos pelo povo justamente para cuidar do recurso público e ajudar no trabalho de vocês. Agora, dois anos passados, vocês não fizeram nada para apurar isso? Eu acho que vocês vão ter problema muito em breve. Tenho essa impressão.

(NÃO IDENTIFICADO) – Só mais uma coisa. Na verdade, quando V.Exa. fala que não fizemos nada, fizemos. Está sendo feita auditoria, que está apurando. Se houver responsáveis, eles serão responsabilizados. Haverá PAD, absolutamente tudo, porque não pode cair no nosso colo uma coisa, um erro que vem e que estamos tentando consertar. Isso é muito claro para nós.

Eu só queria fazer uma correção em relação ao que eu disse anteriormente. A Sempla tem uma reorganização prevista, mas não está previsto isso. Na verdade, lá existe uma

assessoria técnica dessa área de tecnologia, por enquanto. Só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – O.k. Vocês estão instalados em três locais: na Rua Pedro de Toledo, na Zaki Narchi e na Matarazzo. Quais desses três são próprios.

(NÃO IDENTIFICADO) – Na realidade, próprio da Prefeitura é o da Pedro de Toledo e da Zaki Narchi. A Francisco Matarazzo, que é o endereço que a gente ocupa – que é boa parte da empresa hoje -, não é próprio, é alugado.

P – O senhor sabe dizer o valor do aluguel?

R – Na faixa de 340 mil, mais ou menos, por mês.

P – 340 mil reais de aluguel por mês...

R – Isso.

P – E a sua opinião sobre isso? Acha razoável?

R – Olha, dentro do padrão de mercado, que é o prédio, ele é baixo. A região pratica um preço de mercado na faixa de 80 reais, 76 reais a 80 reais hoje. A gente alugou, até recentemente estava 59 o metro quadrado, passou agora a 62, 63 o metro quadrado. Eu diria que, desse ponto de vista, é baixo. Agora, se eu tivesse que fazer uma opção entre ter uma sede própria e alugar, eu escolheria ter a sede própria e não pagar esse aluguel. É uma situação que a gente herdou também. A Prodam funcionava no Ibirapuera em muito boas condições. A gente herdou isso e hoje a Prodam, como eu falei, tem de viver dos seus próprios investimentos. Então, a gente não consegue dar conta de fazer a evolução tecnológica e fazer o investimento numa sede própria hoje. É uma questão de opção, de escolha.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Acho só que a avaliação do metro quadrado não cabe aqui, porque a Prodam não depende de ter um ponto comercial para a venda dos seus produtos. Ela não tem balcão, inclusive as receitas próprias de 2014 foram de 20 milhões previstos – é preciso até ver quanto realmente conseguiu – e para 2015 caiu para 14 milhões. Então, não é diferente de um comércio que você tem de ter um ponto, estar numa

avenida importante para atrair o cliente. Não vejo a lógica, é mais um item.

Já se passaram dois anos e vocês continuam no prédio e não é coisa da Prodam, porque alguém acha que é Prodam. Eu tenho falado com a superintendente do serviço funerário. Tem um prédio por 40 mil reais na Vila Maria que não tem a mínima lógica de ser. Um prédio que a assistente social estava há dois anos pagando aluguel. Fui lá, denunciei e o aluguel foi devolvido. Ela ficou dois anos pagando o aluguel sem usar o prédio. Então, é uma visão, falando bem claramente para os funcionários da Prodam, não é nada contra a Prodam. Pelo contrário, aliás, é o que vocês deveriam ter feito. Vocês, se gostassem da empresa, deveriam ter feito e alertado para tal. Não tem a mínima lógica pagar 340 mil reais de aluguel, porque está na Avenida Matarazzo sem a mínima necessidade disso. Não tem a mínima necessidade. Existe alguma ação da Prodam para poder corrigir essa distorção de custo?

(NÃO IDENTIFICADO) - Já ocorreram diversas ações, inclusive junto com o próprio representante da diretoria dos empregados. A gente olhou imóveis, a gente tentou imóveis. Tivemos como opções o prédio tombado da Polícia Federal, cuja reforma seria absolutamente inalcançável para a Prodam. Seu orçamento mínimo seria de 30, 35 milhões. Outro prédio que vimos é aquele da Av. Tabatinguera. Quando estávamos negociando para tentar um preço que seria razoável para a Prodam, o prédio foi declarado de utilidade pública para a instalação do Tribunal de Justiça. Tivemos outros imóveis no Centro, todos absolutamente não atendiam a Prodam, tanto do ponto de vista de concentrar empresas, que hoje também é um dos objetivos, quer dizer, não tem sentido realmente estarmos em três locais. Agora, ano dá para dizer que não houve ação da Prodam. Tentamos todas as alternativas que estavam ao nosso alcance.

P – Vocês remuneraram a Prefeitura, o Município com o uso dos imóveis na Pedro de Toledo e na Zaki Narchi?

R – Não, não remuneramos. Na verdade, é um imóvel que está cedido pelo Sr. Prefeito já há muito tempo à Prodam e não há remuneração nisso.

P – Então, porque custa para a Prefeitura, para vocês verem o quanto a Prodam é

um órgão que custa caro para o Município, muito caro. O senhor poderia dizer a que basicamente se referem as receitas próprias da Prodam?

R – As receitas próprias, como eu disse, são as que não têm dotação. No SOF são receitas oriundas de contratos com outras prefeituras. Lembro-me de Blumenau, de Salvador, de Manaus também. Então são recursos que não transitam pelo Orçamento da Prefeitura.

P – Blumenau e Salvador? Desses 20 milhões, que estavam previstos agora para 2014, essas receitas próprias se realizaram? Isso é importante, vocês trazerem recursos, porque com a folha de pagamento que vocês têm, é preciso ter bastante tecnologia para poder oferecer. Vocês sabem se dos 20 milhões, previsão de 2014, quanto que efetivamente entrou?

O SR. LUIZ CASSIO AGUIAR BECKER FILHO - Boa tarde. Meu nome é Luiz Cassio Aguiar Becker Filho, sou Diretor de Relacionamento II da Prodam, responsável pelo atendimento da Secretaria de Finanças e responsável pelo sistema de nota fiscal eletrônica, que foi responsável por essa renda própria aí pelo serviço prestado a Salvador e a Blumenau, e os contratos estão sendo executados na sua totalidade. No ano que vem, há uma redução, que a Prefeitura de Manaus acabou não concretizando o negócio, mas Salvador e Blumenau devem ser mantidos.

P - Vinte milhões? Então, esse recurso vai entrar em 2014, esses 20 milhões?

P - No ano que vem estão previstos 14 milhões.

R - Na ordem de 14 milhões, justamente.

P - Deve entrar?

R - Sim.

P - OK.

Com relação ao gráfico ali que o senhor mostrou, a participação da Prodam junto à Prefeitura de São Paulo tem diminuído, mas a folha salarial tem aumentado. O senhor sabe dizer o porquê dessa curva descompassada?

R - Bem, é muito simples. Na verdade, os acordos coletivos, as convenções

coletivas de trabalho, desde o início que estamos aqui, elas têm alcançado 7, 7,5% e isso, por si só,... E os nossos contratos são reajustados pelo IPC-FIPE. Então, só aí, já tem uma divergência bem grande. Então, são essas questões que temos de enfrentar, questões estruturais, na verdade, não é? Então, ela passa pela evolução cronológica, ela passa por uma série de outras coisas. Assim, isso, por si só, ela torna a empresa inviável no longo prazo - não é? -, se não for acertado esse tipo de coisa, esse tipo de questão.

P - Porque vocês têm lá 789 funcionários de carreira, com o total de 6,012 milhões por mês; e, de cargos de confiança, são 108, com um total de 1,261 milhão. Então, vocês têm uma folha de pagamento lá de 7,300 milhões. É padrão do mercado, dentro da área de TI, essa...?

R - Bem, para o senhor ter uma ideia, a Prodesp, por exemplo, tem 18% do seu efetivo em cargo em comissão. A Prodam está alcançando agora... Esse número que o senhor deu aí eu não sei, mas está próximo, pode ser que seja isso mesmo, está entre 106 e 108 cargos. Então ela está dentro dos padrões. Se pegar todas as empresas da Prefeitura também, fora a CET, que tem uma característica diferente de operação, ela é a menor relação cargo de função/cargo de carreira. E outro detalhe fundamental também: que a Prodam tem uma autorização para contratar 134 cargos de carreira. Hoje estamos com 108. Se você pegar ao longo do tempo, historicamente, talvez seja um dos números mais baixos que a Prodam tem. Eu tenho - e depois posso deixar Informações sobre isso -, mas é um dos números mais baixos da história da Prodam.

P - Entendi. Porque o aumento dos valores que as Secretarias da cidade São Paulo têm passado para a Prodam aumentou assustadoramente de 2014 para 2015, sem nenhuma aquisição de novo *software*, só com o serviço de manutenção. Então temos, por exemplo, código 14, aumentou, só a manutenção, de 300 mil para 5 milhões; do Código 20, de 300 mil para 2,206 milhões e temos observado, como por exemplo, ontem nas audiências públicas, a Secretaria de Relações Internacionais, o custo que eles estão prevendo pagar para a Prodam,

se fizer uma análise *per capita* do número de funcionários dá em torno de R\$ 1,5 mil, da Secretaria, desculpe, essa é a Secretaria de Direitos Humanos. Da Secretaria de Relações Internacionais dá quase R\$ 600,00 o *per capita*.

O mercado não comporta isso, é totalmente fora. Como é feita a análise com relação à cobrança dos serviços da Prodam junto às Secretarias?

A impressão que tenho é que vocês têm uma despesa gigantesca, estão num prédio chic sem nenhuma necessidade, uma folha bastante carregada e aí têm de arrumar recursos da Prefeitura, e dividem as despesas com as Secretarias. Não tem lógica.

Eu venho do setor privado, fico vendo isso aqui. Dói. Não tem o mínimo cabimento. Faz 20 milhões um programa, e aí não acontece nada. Ninguém...

Os custos de manutenção do sistema altíssimo. O que a Prodam pensa em fazer, pois, acho que está mais do que claro que estamos chegando num ponto da Prodam que ou se faz algo, ou vai estourar essa bomba a qualquer hora.

Existe alguma ação da Prodam?

Vocês tem lá o Conselho de Administração, são dez pessoas, o conselho tem se reunido?

Até queria citar aqui quem são os conselheiros da Prodam: Ana Guerrini, Benício Teixeira, Cristi Gomes Pato, José Armindo Coelho Vargas, José Carlos Vaz, Leda Maria Paulane, Nilton Vagner Diniz, Paulo César Fernandes, Sérgio Amadeu da Silveira, Úrsula Dias Peres.

O conselho tem se reunido para discutir essas questões ou não?

O SR. _____ - O conselho se reúne mensalmente e tem sido pauta frequente do conselho esse tipo de questão. Essas questões estruturais da Prodam, pois, no fundo, hoje, tecnologia são sistemas, processos e pessoas. A Prodam tem tentado atacar essas três frentes.

Inclusive, o diretor que está junto conosco, aqui, o Luiz Cássio, tem acompanhado

muito, por exemplo, um projeto que terá um impacto bastante significativo na Prodam que é a modernização dos sistemas.

A Prodam – acho que é conhecido por todos – tem um legado bem grande que depende de pessoas já bastante no final da carreira, pessoas competentes, mas no fim da carreira e isso depende dessa modernização.

Você quer avançar um pouco nisso, por favor?

O SR. _____ - Então, quando iniciamos a gestão, em 2013, identificamos dois principais problemas com relação à manutenção, à sustentação dos sistemas que a empresa tem.

Temos cerca de 80% da empresa são legados antigos. São sistemas antigos com custo de manutenção muito alto.

Fizemos um levantamento, basicamente, são cerca de 500 sistemas que a Prodam mantém, hoje: cem deles no mainframe e 400, mais ou menos, na plataforma baixa. Estamos fazendo planos para modernização desses sistemas, alguns com substituição com desenvolvimento novo, outros com projetos de atualização através de ferramentas automáticas de modernização tecnológica.

Isso tudo vai trazer uma nova abordagem de trabalho na Prodam e o que é mais importante: terá uma mexida muito grande na arquitetura dos sistemas da Prodam. Com essa arquitetura focada na reutilização de componentes, de programação etc., isso vai reduzir muito o custo de manutenção da Prodam.

Agora, a complexidade dos sistemas é muito grande. Esse trabalho é demorado. Temos sistemas que têm previsão, para desenvolvimento, de um ano, dois anos. Sistemas que estão sendo substituídos ao longo dos últimos seis, oito anos. É um trabalho bem grande e isso, de fato, causa essa não atualização dos sistemas ao longo dos anos – sistemas dos anos 70, 80, que não sofreram atualização tecnológica. Isso causa um aumento real no custo da manutenção hoje em dia.

Quero dizer que nesse plano de modernização estão contemplados, além da atualização tecnológica, a capacitação das pessoas que têm a competência para manter esses sistemas funcionando e que conhecem as regras de negócio, como sempre foi a *expertise* da Prodam.

Outro projeto que estamos fazendo, paralelo a isso, que é relativo à atualização da arquitetura tecnológica, é uma tendência de mercado, que é transformar o desenvolvimento em *service oriented architecture*, que transforma o tipo de desenvolvimento de sistemas especialistas e sistemas prestadores de serviços. Por exemplo, um serviço de gravação de pessoas pode ser utilizado por outros sistemas, não precisa ser redesenvolvido a cada novo sistema. Isso permitirá que a Prefeitura de São Paulo tenha a gestão de todos esses novos serviços, em termos de tecnologia; que esses serviços sejam orquestrados pela Prefeitura de São Paulo e pela Prodam.

Então, são ações que essa diretoria está tomando, no sentido da modernização da tecnologia, dos sistemas que terão um impacto direto, tanto na vida dos empregados da empresa, quanto nos clientes que contratam a Prodam.

P – Você tem alguma análise da necessidade de ter *mainframe*?

R – Esse ponto é polêmico, mas se analisarmos friamente o mercado, uma das maiores de empresas de pesquisa tem relatórios que dizem que os *mainframes* abaixo de 500 *mips*, que é uma unidade de medida, devem ou deveriam ser desativados.

Diria que independente da finalização de uso de *mainframe* ou não, o que precisa ser feita é a mudança na arquitetura tecnológica. A tecnologia que está sendo utilizada pode ser mais volátil. Daqui a dois ou três anos, aparece uma tecnologia nova. O que importa é a arquitetura com que os temas foram desenvolvidos. E é isso que está superado na Prodam e não o fato simplesmente de usar o *mainframe*.

P – Não? Como não? Vocês pagam quanto para a CA?

R – Concordo com o senhor...

P – Como concorda se está falando que não?

R – Concordo com o relatório da Gartner que aponta que abaixo de 500 mips deve ser desligado. Concordo, sim. O nosso mainframe tem em torno de 380 mips. É um absurdo pagar isso. Agora, paga para a CA porque você tem que ter um controle. Não sou da infraestrutura, não sei dizer exatamente os números, mas tudo que disse até agora aqui, o custo da Prodam é diretamente ligado ao tempo de uso desses sistemas e parte disso está no mainframe certamente. Quero dizer que sou favorável, sim, à substituição desses sistemas. Parte de nosso plano de modernização é acabar com o mainframe realmente.

P – Sabe por que não é justo, até para as pessoas saberem? Vocês têm um contrato com a CA, tem um custo altíssimo de mainframe. Fui à Secretaria do Trabalho e tem um item lá... Eu perguntei para o Secretário: “O que você tem de informação para precisar de *mainframe*?”

Então, quer dizer, vocês têm um custo violento de *mainframe* e, aí, vocês dividem pelos outros que pagam o pato por uma gestão errada de vocês. Não estou falando de vocês pessoalmente, no decorrer do processo. Acho que vocês entraram agora. Acho que vocês estão demorando muito para tomar alguma atitude. Lógico, as pessoas terem de pagar por um serviço que elas não precisam não tem a mínima lógica.

Eu pego um ônibus e pago como se eu estivesse andando de uma limusine. Não tem necessidade disso e não vejo nenhuma reação de vocês. Falta dinheiro para tudo e vocês consumindo 400 milhões de reais de um serviço muito mal prestado para a Cidade, muito ruim. O serviço é ruim, muito ruim. Perdoem-me os funcionários, mas tenho de ser sincero. O serviço é ruim.

Com relação a essa questão do meio fio, existe algum estudo para poder ajustar esse valor?

R – Existe. Nós temos em torno de cem sistemas no *mainframe* hoje. Desses, 63 devem ser substituídos com os novos sistemas tributários e financeiros da Prefeitura que estão

em desenvolvimento. Os 37 que sobraram temos um plano de modernização, uma parte vai ser resolvida, uma parte vai ser atualizada automaticamente. A nossa expectativa é que em quatro anos não tenha mais *mainframe*.

P – Ai vai tudo para a baixa plataforma.

R – Tudo plataforma baixa.

P – Você tem uma ideia da diminuição desse custo?

R – É proporcional ao desenvolvimento do sistema, mas a redução não é tão grande porque a IBM pratica preços lá do MIP por escalas, então, o nosso *mainframe* é muito pequeno. Em teoria, ao reduzir tem uma queda ao longo desses quatro anos que justifica inclusive o desenvolvimento desses temas, mas é bem acentuada no quarto ano que é quando o *main frame* se encerra. Por exemplo, temos dez versões de Cobol. Cada uma das versões tem o seu custo. Quando você faz a unificação disso, você tem a redução no custo das outras nove licenças. O Oracle para o *mainframe* é a primeira que a gente está encerrando e espero que, em menos de um ano, a gente consiga eliminar o Oracle do *mainframe*. É uma parte alta desse custo. Então tem sim.

Quando a gente consegue pegar esses profissionais que faziam o desenvolvimento para o *mainframe* e capacitar para fazer desenvolvimento para a plataforma baixa, o custo desse ponto de função de desenvolvimento de sistema cai bastante.

Isso está no plano.

P – Por que vocês acham, por exemplo, que a Secretaria de Finanças tem feito contratações direto no mercado e não na Prodam?

R – Eu sou o diretor que atende a Secretaria de Finanças. Nós temos com ele um aumento na ordem de 30% nos contratos de desenvolvimento nos últimos dois anos. Eles têm um contrato de fábrica de software externa que é para desenvolvimento de sistemas que estão chamando de departamentais. Todos os sistemas que são estruturantes estão com a Prodam.

Nós temos mais de 20 projetos em aberto, projetos de sistema novos em

desenvolvimento com a Prodam. No final do ano passado, tivemos um aumento de 29 desenvolvedores na equipe da Secretaria de Finanças, que está com mais 120 profissionais. Enfim, fazem essa análise que dependendo do tipo de sistema eles fazem a opção. Se for no sistema departamental, eles tem optado por fazer desenvolvimento externo.

P – Eles estiveram aqui na audiência pública e falaram o contrário, que estão procurando sair da Prodam e procurando o mercado.

Por falar em fábrica de software, dentro do volume de softwares que vocês fornecem para a cidade de São Paulo, a Prodam desenvolve algum lá ou ela sempre, em todos os casos, ela procura uma empresa do mercado.

R – Não, na maioria dos casos, a Prodam desenvolve por lá.

O SR. RICARDO NUNES – A Prodam que desenvolve?

R – O que a Prodam contratou foi mão de obra de programação através de um contrato do tipo fábrica de *software*, mas, basicamente, para programação externa, que é para ganhar musculatura e velocidade de desenvolvimento. Só. Toda a análise de sistemas, a arquitetura de sistemas, o desenho de negócio dos sistemas é todo feito pela Prodam. Eu diria que, na maioria dos temas, inclusive a programação é feita pela Prodam.

P – Inclusive do SGF? Foi a Prodam que desenvolveu?

O SR. SÉRGIO MAURO SANTOS FILHO – Como foi dito, o SGF, toda a parte de concepção, análise do negócio junto à Secretaria, o projeto do sistema, toda a parte de análise que é feita através da especificação de casos de uso – prototipação, protótipos de tela, tudo o que vai ser feito -, isso é feito dentro da Prodam. Para efeito de produção de código, de codificação, a gente tem lançado mão do recurso de uma fábrica externa de *software*, para ganhar musculatura; justamente para não perder tempo e conseguir entregar esse *software* em tempo hábil para que ele possa ser recuperado.

No caso do SGF, sim. A parte de codificação está sendo contratada por uma fábrica externa. Mas só codificação: o resto, a inteligência toda está com a Prodam.

P – Qual é a fábrica externa que vocês contrataram?

R – CTIS.

P – CTIS?

R – Isso.

(NÃO IDENTIFICADO) – Com sede em Brasília.

O SR. SÉRGIO MAURO SANTOS FILHO – Tem sede em Brasília?

(NÃO IDENTIFICADO) – Isso.

O SR. RICARDO NUNES – Vocês têm ata lá, à disposição? Registro?

(NÃO IDENTIFICADO) – De fábrica de *software*, não.

P – Não?

R – Essa contratação foi feita através de uma adesão, uma ata de registro de preços do Governo Federal. Nós fizemos pesquisa de mercado, fizemos opção por adesão a essa ata. Mas nós não temos ata de fábrica de *software* disponível, não.

P – Não tem.

R – Não.

P – Mas vocês usam de uma forma bastante constante a ata do Governo Federal...

R – Não. Dependendo da situação, eventualmente. Nós temos duas ou três adesões que foram feitas com o Governo Federal, porque era conveniente, o preço era bom e o que estava previsto no termo de referência era adequado à nossa necessidade.

P – Entendi. Com relação a recursos federais, existe alguma ação da Prodam para trazer recursos federais para o sistema de TI da Cidade? Há alguns casos em algumas Secretarias que têm desenvolvido trabalhos de projetos junto ao Governo Federal para buscar esses recursos. Existe alguma ação da Prodam nessa linha?

R – O que existe na verdade são estudos, mas a Prodam estava condicionada à análise de risco que havia da Prefeitura; e, como a Prefeitura estava inviabilizada de contratar, a gente tinha dificuldade também. Talvez isso seja uma coisa que ganhe uma nova condução

agora, com essa renegociação da dívida, porque existem recursos junto ao BNDES para os quais a gente pode se credenciar, mas tudo isso depende muito da avaliação de risco.

P – O.k. O que a gente pode fazer para reduzir o custo da cidade de São Paulo com a Prodam? Acho que a gente pode fazer isso de comum acordo, sem criar muito atrito. Temos pouco tempo – semana que vem -; decerto, esse orçamento de 400 milhões nós não vamos aprovar. Acho que era bom a gente poder fazer de comum acordo, ver o que vocês conseguem enxugar lá, de custo. Eu tenho perguntas a vocês para fazer até amanhã, mas acho que já deu para vocês entenderem. Vocês sabem o problema que existe. (Pausa) Pode falar.

O SR. SÉRGIO MAURO SANTOS FILHO – Eu iria um pouco na direção do que o meu colega, o Luiz Cássio, falou. Hoje a gente tem consciência de que há um custo Prodam, que é alto, e ele é alto principalmente pelo longo período em que ela ficou sem atualização tecnológica. Isso originou um custo alto da Prodam. O que a gente pode fazer em longo a médio e prazo para diminuir o custo Prodam é realmente investir na modernização tecnológica da Prodam. Isso vai reduzir muito o custo da Prodam.

A Prodam cuida de sistemas e de informações que, pela sua natureza estratégica e pública, devem necessariamente ser gerenciadas dentro do Poder Público, não pode ser totalmente terceirizada. Nesse sentido, a modernização da Prodam vai realmente contribuir para uma queda de custo em médio e longo prazos. Pode até ser um paradoxo, mas a gente precisa pensar neste momento não em redução de custos, mas em aumento de investimentos na Prodam, investimentos que certamente, em médio e longo prazos trarão ganhos significativos para a companhia na gestão de tecnologia de informação.

A nova governança da tecnologia da informação que foi criada nessa gestão na Prefeitura também cria um arcabouço interessante para juntar essa parte de tecnologia de informação que é feita pelo próprio Poder Público através da Prodam com iniciativas privadas, como, por exemplo, essas iniciativas de algumas Secretarias. Nesses casos, a governança

determina que, para sistemas que são departamentais, que não são estruturantes, nada impede que você possa realmente competir no mercado. Isso é bom, pois traz para a Prodam uma perspectiva de competitividade que também tende a baixar o preço da Prodam.

Então, eu iria um pouco nessa linha. O nosso diagnóstico é esse mesmo. A gente não nega que a Prodam tem custo elevado, a gente sabe disso. Essa questão da atualização tecnológica é um problema, e a gente precisa endereçar isso, atacar isso, e estamos atacando atualmente na Prodam.

(NÃO IDENTIFICADO) – Eu só quero fazer uma complementação. De fato, se você comparar algumas coisas, o mercado em geral também atua muito com PJ, coisa que não existe na Prodam. Discordando levemente do colega da diretoria, não vou negar que a Prodam tem alguns custos que são comparativamente mais elevados que o mercado; porém, comparativamente aos coirmãos, a todas as empresas que atuam na área de tecnologia, Prodesp, Prodemge, IMA em Campinas, os preços são absolutamente compatíveis. Nossos preços-hora estão ora um pouco abaixo, ora um pouco acima; mas, em geral, ele é bastante equivalente e muitas vezes um pouco menor em relação a todas essas empresas que citei. Era isso.

P – Por exemplo, a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres gastar 720 mil reais com vocês, está correto, é justo? Cinquenta funcionários. Faz a conta.

O SR. SÉRGIO MAURO SANTOS FILHO – Desculpe. Qual Secretaria?

P – Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres. Pega 720 mil, divide por 12, divide por 50. Acho que a gente estava indo bem. A gente pode se acertar. Esta é audiência pública sobre a peça orçamentária e vocês precisam diminuir o custo. Eu quero saber o que nós vamos fazer para resolver isso.

R – Só para lembrar, em relação à composição de custo de cada uma das Secretarias, uma das partes que a Prodam faz é atender realmente o funcionamento dos funcionários daquela Secretaria. Então, tem uma parte dela que é atender em relação

principalmente à comunicação, *e-mail*, internet, esse tipo de coisa que a Prodam faz. Agora, outra parte que a Prodam fornece são os sistemas, os armazenamentos de dados, que não necessariamente guardam proporção entre o número de funcionários de uma Secretaria ou outra. Eu posso ter um sistema extremamente pesado...

P – Não, eu digo de uma Secretaria que não tem informação nenhuma. Ela só tem *e-mail* e...

R – Comunicação.

P – Não tem nada, não tem nada. Tem uma conta de *e-mail*, 50 pessoas com conta de *e-mail* e acesso à internet; 720 mil reais.

R – Esse é o custo que a Prodam tem para manter uma coisa dessa. E volto a citar o que o meu colega falou: é um custo absolutamente dentro do mercado, de todas as prestadoras de serviços públicos.

P – Dentro do mercado?

R – Prodesp, Prodemge. É importante lembrar isto: tudo aquilo que a gente faz com orçamento para a Prefeitura na negociação com um determinado cliente, ele passa sempre por uma comparação para saber se ele está dentro dos níveis de mercado das congêneres da Prodam. Então, sempre temos certeza de que está, em muitos casos, até abaixo das nossas congêneres em determinados preços unitários que praticamos. O que também não podemos fazer é comparar, por exemplo, um curso de internet, com um contrato de provedor qualquer, individual, com o preço de internet que é prestado pela subprefeitura ou o preço de comunicação de dados em banda larga, porque são preços completamente diferentes, porque passa por questões de segurança, confiabilidade e disponibilidade que não temos na nossa casa. Se cair a internet na minha casa durante a noite, não há problema algum, mas se cai a internet, a comunicação da rede hospitalar de São Paulo é uma catástrofe.

Então, realmente os preços têm um componente por serem preços de utilidade pública, por serem serviços públicos, que elevam um pouco. Mas reitero o que disse o meu

colega: de fato, o nosso preço, dentro das congêneres do mercado do Brasil inteiro, podemos afirmar que é um preço extremamente compatível e muitas vezes até menor.

(NÃO IDENTIFICADO) – O senhor me permite só um aparte de novo, Vereador? Esse cálculo que o senhor faz, per capita de uso de tecnologia, pelo menos para mim é meio incomum. Não sei se o senhor tem algum dado que faz algum comparativo, por exemplo, com a iniciativa privada. Não tenho o menor parâmetro disso em relação a esse per capita de uso de tecnologia. Não sei se 1.200 ou 1.500 reais é um preço alto ou baixo.

O SR. RICARDO NUNES – A questão é só de bom senso. Na Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida é de 611 mil reais, mas não tem um programa, não tem um sistema, não tem nada. Eles têm uma sala na Rua Libero Badaró, com 60 funcionários que usam a internet e *e-mail*. Segundo a representante da Secretaria, eles gastaram 300 e poucos mil reais porque a Prodam ia passar um cabo. Isso está gravado, ela falou que esses gastos são porque passa cabo, passa fiação. Mas não é possível.

Vocês, então, não têm nenhuma contribuição a dar à cidade de São Paulo com relação à diminuição do orçamento de 400 milhões de reais para a Prodam? Essa é a posição final de vocês?

(NÃO IDENTIFICADO) – Perdão, mas é como eu falei, o orçamento da Prodam é um orçamento de chegada, que consta das diversas Secretarias. Há várias Secretarias, por exemplo, que têm as rubricas. Evidentemente, podemos até estudar ponto a ponto, mas, em princípio - com a nossa análise, depois podemos repassar alguma coisa para o senhor -, de todas as Secretarias e seus contratos com a Prodam e o que está se prevendo de novos serviços. Isso é algo sobre o que depois, com o tempo, podemos continuar conversando.

Para finalizar, em relação a essa questão, a diretoria não é paralisada, absolutamente. Fiz uma menção rápida de tecnologia de sistemas, processos e pessoas e, em nenhum momento e em todas as frentes, essa diretoria tem procurado atuar, ou seja, uma empresa que vai ganhar a metodologia, vai ganhar a modernização de sistemas e vai,

evidentemente, dar uma mexida, com o tempo, em pessoas. Isso é algo indiscutível; vai ter que passar por isso também.

O SR. RICARDO NUNES – Aquele programa que o Serviço Funerário comprou em 2012, que não funciona até hoje, foram vocês que intermediaram?

O SR. SÉRGIO MAURO SANTOS FILHO – Não, o sistema de gestão do Serviço Funerário é um sistema comprado diretamente pelo Serviço Funerário, não é da Prodam. A Prodam hospeda esse sistema. O sistema foi contratado, comprado e instalado nos computadores da Prodam, mas não é da Prodam.

P – O senhor sabia que não funciona, né?

R – Como não tratamos nem cuidamos dele, então, não tenho dados precisos a respeito disso. Sim, já ouvi reclamações, mas, que eu saiba, ele está no ar.

P – Não, não funciona.

R – Mas eu não tenho dados.

P – Não funciona. O programa, basicamente, era para que não se furasse a fila: quando a pessoa morre, seu nome entraria no sistema e o carro sai na ordem, não teria mais como uma pessoa passar um fax colocando uma pessoa como prioridade em relação a outra, mas até hoje é assim, até hoje funciona com um sistema de fax, até hoje passam pessoas na frente de outras e até hoje o sistema não funciona. Já notifiquei o Serviço Funerário, porque estava no contrato para fazer o treinamento, mas eles estavam contratando outra empresa para o treinamento. Notifiquei o Serviço Funerário para não pagar essa empresa enquanto ela não fizesse o treinamento. Enfim, é isso.

O senhor falou que está na dotação, mas as Secretarias não sabem, elas são vítimas de vocês, que estabelecem um preço abusivo por um serviço malprestado para a Cidade. Infelizmente, as Secretarias não têm noção e são à mercê de vocês em relação a esses valores.

Antes de concluir, mais uma vez pergunto: não existe nenhuma colaboração da

Prodam para redução de custos do Orçamento 2015 da Cidade? A empresa não vai reavaliar, não vai fazer nada?

(NÃO IDENTIFICADO) – Para reforçar, digo o seguinte: seria injustiça se chegássemos aqui e falássemos para cortar isso ou aquilo, porque estaremos buscando diretamente...

O SR. RICARDO NUNES – Injustiça é que vocês estão fazendo: 400 milhões por um serviço malfeito.

(NÃO IDENTIFICADO) – Bom, respeito sua opinião totalmente, mas o senhor está...

O SR. RICARDO NUNES – Pensei que vocês tinham vindo aqui para termos algo produtivo. Não imaginei que vocês fossem fazer isso agora.

(NÃO IDENTIFICADO) – Imagino que tentamos construir algo positivo, mas, se não serviu para o senhor, sinto muito. O senhor está convidado para ir à Prodam. Não sei se o senhor esteve lá para conhecer toda a empresa, o Datacenter e tudo mais. Talvez assim o senhor consiga entender um pouquinho melhor a empresa e reconhecer que não é assim. Na verdade, uma empresa de tecnologia, infelizmente, não é do dia para a noite que ela resolve os problemas. Nós e os empregados da companhia temos clareza disso, pois é uma empresa que requer de médio a longo prazo para resolver os problemas.

O SR. RICARDO NUNES – Os empregados também são vítimas, pois em dois anos vocês não fizeram nada.

Então, não vai haver nenhuma ação da Prodam em relação à redução do orçamento? Não podemos contar com vocês para rever a peça orçamentária? Só queria essa resposta para poder concluir a audiência pública.

(NÃO IDENTIFICADO) – O senhor pode contar conosco se for estabelecido estar junto com as Secretarias e com a Comissão de Orçamento, evidentemente. O senhor pode contar com a nossa vinda aqui, sem problema nenhum, mas não podemos atribuir um corte à

Secretaria. Seria realmente algo desonesta.

O SR. RICARDO NUNES – Não é corte à Secretaria. Estou falando do orçamento que vocês enviam às Secretarias. Há Secretarias para as quais vocês mandaram cinco milhões.

(NÃO IDENTIFICADO) – Não, não é assim, não, Vereador.

O SR. RICARDO NUNES – Houve Secretaria para a qual vocês mandaram orçamento de cinco milhões e eles negociaram com vocês para ser quatro.

(NÃO IDENTIFICADO) – Não, absolutamente.

O SR. RICARDO NUNES – Há Secretaria que não tem essa interpretação e nem sabe que pode fazer isso.

(NÃO IDENTIFICADO) – Aliás, isso é uma das coisas que o Prefeito Fernando Haddad está tentando corrigir. Decretos de governança. De fato, concordo com o senhor que as áreas de tecnologia das Secretarias são precárias hoje em dia. Então, estamos tentando construir uma governança de tecnologia da informação. É importante que se reforcem essas áreas. Há o Decreto 55765, por exemplo, do começo deste ano; depois há o Decreto 55005, que regulamenta as compras. São legislações importantes para tentar regulamentar, para tentar suprir essas áreas que são bastante fracas ainda hoje nas Secretarias, infelizmente. Acho que temos que temos que reforçar isso mesmo. Sou sempre favorável a que se estabeleça a governança, que se estabeleça o fortalecimento das Secretarias para se discutir de igual para igual, porque não é assim que funciona o orçamento das Secretarias, como o senhor está dizendo, que engambelamos as Secretarias dizendo que o orçamento é desse jeito. Não, absolutamente não é assim que funciona.

O SR. RICARDO NUNES – Então, tem justificativa para todos os aumentos de manutenção de 300 mil para 2 milhões e desse valor para 12 milhões. Tudo isso, então, tem justificativa?

O SR. SÉRGIO MAURO SANTOS FILHO – Sim. Respondendo a sua pergunta,

sem dúvida, estamos disponíveis para, a qualquer momento, discutir qualquer proposta que seja de redução de custo de orçamento etc.

Mas acreditamos que esse orçamento que nós elaboramos, entendemos que é o orçamento necessário para fazer aquilo que fizemos. Cada ponto que tem aqui ele pode ser explicado com a instalação de novos sistemas; novos sistemas que entrem em manutenção.

E se formos olhar, um por um, cada uma das Secretarias, sem dúvida, nenhum desses números foi chutado, quer dizer, a meta da Prodam sempre foi, nessa gestão - como já foi dito no início - não depender mais de aporte de capital da Prefeitura para fechar o rombo no fim do ano, como foram, historicamente, os finais de ano da Prodam.

O ano passado não fizemos isso e não queremos fazer esse ano. E nem é também meta da Prodam ter lucro, até porque ela não é uma empresa lucrativa. O máximo que precisamos é de *superávit* para investimento.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Não é lucrativa, ela gasta muito.

O SR. _____ - E isso a gente quer ter: *superávit* para poder fazer investimento sem depender de aporte de capital da Prefeitura, porém, as peças orçamentárias que estão aqui são as que nós acreditamos e afirmamos que não tem como diminuir o preço desse serviço da Prodam.

Eles estão na média de mercado das empresas congêneres, mas, sem dúvida, discutir o escopo não nos cabe. Como disse meu colega, não podemos discutir o escopo daquilo que as Secretarias querem fazer. Não cabe a nós dizer se cada Secretaria quer ou não quer um sistema a mais, se quer manter um sistema ou não, mas estamos, sim, dispostos, certamente, a sentar juntos com as Secretarias, com a Câmara Municipal, ou com quem for, para discutir eventuais possibilidades de diminuição de custo de preço.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – A questão só de que vocês têm o custo muito alto, e aí vocês precisam colocar o seu custo para a cidade de São Paulo. Vocês têm o custo alto e seu custo é repassado para o povo de São Paulo, entendeu?

Então é isso.

O SR. _____ - Posso só reafirmar aquilo que eu disse, que nós temos consciência de que é possível passar esse custo, e o caminho nós estamos trilhando.

Na modernização tecnológica e de metodologia de processos, essa diretoria está tomando todas as providências para que, a médio e longo prazo, esse custo realmente diminua.

Concordamos que podemos baixar esse custo da Prodam.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Desculpe, eu não sabia que havia inscritos. Terei de me desculpar com vocês, eu iria encerrar, mas há três pessoas inscritas.

Quero chamar o Sr. Antonio Nunes Gomes e Silva, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia de Informática do Estado de São Paulo. O senhor falará pelo tempo regimental de três minutos.

O SR. ANTONIO NUNES GOMES E SILVA – Bom dia, Vereador, Diretores e a todos os presentes.

É uma satisfação muito grande poder ocupar essa tribuna. Infelizmente, não é a primeira vez que nós a ocupamos. Durante as diversas discussões do Orçamento, nós já nos fizemos presentes nessa tribuna e, depois de tantos anos de existência da companhia, depois de tantos anos como empregado da companhia, vejo que os problemas se repetem.

O que me parece aí é que Governo a Governo, a Prodam não foi inserida – como deveria ser – dentro do plano estratégico do Governo, para que ela pudesse realmente ser aparelhada e preparada como uma ferramenta de gestão.

Agradeço muito a palavra do Vereador quando ele diz que os funcionários da Prodam não devem ficar preocupados. Mas, no decorrer do debate, os funcionários da Prodam estão preocupados sim.

Em primeiro lugar, permitam-me discordar quanto à qualidade dos serviços prestados.

Parece-me que estamos olhando o lado podre da maçã. Eu tenho muita satisfação, enquanto empregado da Prodam, de ter contribuído para o desenvolvimento dos sistemas que hoje são de vital importância para a gestão da cidade. Claro, existem desvios que precisam ser corrigidos, existem questões cruciais, mas ainda assim, posso afirmar que alguns dos serviços prestados pela companhia são de excelente qualidade, isso orgulha muito seus empregados. Outra coisa que me preocupa profundamente, quando se diz que a folha de pagamento da Prodam é alta. Gostaria de dizer que o mercado de tecnologia da informação, a indústria da tecnologia da informação, representa 8% do PIB nacional. Não é pouca coisa. Representa 8% do PIB nacional devido ao seu grande desenvolvimento dos últimos quatro, cinco anos dentro do mercado de TI com uma grande probabilidade de crescimento gerando milhões de emprego. Hoje em São Paulo, nós, enquanto entidade sindical, representamos 120 mil trabalhadores. Esse mercado cresce, pelo desenvolvimento tecnológico também cresce. Há, evidentemente, esse desenvolvimento que acompanha todo esse crescimento. Trabalhar com TI é coisa muito simples, e ao mesmo tempo complexa. Uma operação, isso foi discutido, que se faz em uma das raízes de um elemento pode mexer com a árvore toda, e geralmente mexe. Mas estou dizendo isso, para chegar a outro ponto e procurarei ser breve, de que salários altos, não sei exatamente, o que temos como referência. Tenho como referência o mercado. 120 mil trabalhadores, 2.500 empresas que empregam esses trabalhadores. São os salários de mercado que se pratica na companhia, na Prodam, são os mesmos, ou são muito próximos daquele que o mercado pratica. Às vezes um pouco mais, um pouco menos. O mercado está altamente capacitado, absorver mão de obra especializada. Por isso que os bons profissionais precisam ser remunerados. Temos orgulho de dizer sim. Enquanto entidade sindical temos conseguido aumentos, acima da inflação. Outra questão: quando falamos que os serviços são ruins, quero crer e tenho convicção de que isso não é uma tentativa de terceirizar cada vez mais os serviços que a Prodam presta. Aliás, ficou claro aqui. Não é essa a intenção. Não é essa a intenção das manifestações nas mais diversas esferas. Porque a terceirização,

sabemos, que olha, principalmente o próprio lucro. Reduzem seus ganhos, tirando do bolso do trabalhador, precarizando as relações de trabalho. É isso que insurgimos e é isso que não podemos admitir. As empresas que são acionadas judicialmente, por terceirização fraudulentas e há muitas, os tomadores de serviços são, geralmente acionados como responsáveis solidários. Existem alguns pareceres do Supremo Tribunal, que protege o Poder Público, no entanto, a própria companhia foi acionada e está respondendo, de forma solidária, por terceirizações que não tiveram sucesso. Fica aqui no registro da nossa preocupação. Não exatamente contra a legislação, mas contra, sim a precarização. Contra a utilizar, de repente atas de registro de preços, ou a 866, ou pregão para contratar sem critério mais definido, mais estabelecido. Causou-me estranheza, falamos de SF. A declaração da empresa foi que SF está autorizado sim, a contratar sistemas para tratar de assuntos interdepartamentais. Legal, achei muito interessante a colocação. Mas logo em seguida vem a informação de que o sistema funerário contratou um sistema que não funciona. Não entendo como é essa mecânica. Porque SF desenvolve alguma coisa para controles interdepartamentais, o sistema funerário contrata ele. Um sistema específico que não funciona. Para mim há uma incongruência nessas duas informações. Para mim, o que falta é uma política maior que defina todas essas coisas. Esses decretos, começaram com o ex-prefeito Paulo Maluf, vieram sendo aprimorados de lá para cá. Precisamos rever e revisar todas essas questões.

Muito obrigado, pela atenção. Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Com a palavra o Sr. Manuel Pacifico, de São Félix, diretor dos empregados da Prodam.

O SR. MANUEL PACIFICO – Boa tarde a todos. Nobre Vereador Aurélio Nomura, parceiro da Prodam de sempre, exemplo da Colônia Japonesa, muito presente na Prodam. Exemplo de disciplina, de honradez, e de trabalho, é o que faz a Prodam, ser o que ela é. O João, já estragou minha fala aqui, enquanto colocou as questões relacionadas a terceirização. Gostaria de acrescentar e enaltecer o trabalho do nobre Vereador relator dessa importante

missão da Câmara Municipal de São Paulo. Desta feita, de uma forma diferente e não poderia ser, até por conta da sua própria relatoria e da presença dos Srs. Vereadores nesse instrumento. Lamento a ausência dos demais vereadores nesse nosso momento, porque o que está acontecendo com a empresa de tecnologia da informação e comunicação de São Paulo, é deveras injusto para com o importante trabalho que essa empresa presta para a Cidade de São Paulo.

A Prodam nasceu há 43 anos e até hoje, presta um relevante trabalho para a Cidade de São Paulo a começar e a simplificar pela arrecadação do Município que passa pelos sistemas legados da Prodam, sistemas em *nei frames*, em baixa plataforma, sistemas modernos e não tão modernos. Agora, a Prodam, assim como a SPTrans, CET, Cohab, Emurb, todas as empresas do Município, têm um lado técnico e político. E somos vítimas, nós empresas públicas, e aqui quero levar a voz daqueles que ainda sofrem com terceirização nas suas empresas, como SPTrans, CET. Esperávamos do governo Haddad quebra esse ritmo de injustiça para com o trabalhador, aqui dentro do corredor da Câmara Municipal, se nós andarmos aqui, chamarmos as pessoas terceirizadas para conversar, vamos ouvir deles a injustiça, se não o trabalho escravo, que acontece dentro da Prodam e de todas essas empresas. Ouvimos aqui e tomamos conhecimento de um pedido de CPI da Prodam pelo Vereador Adilson Amadeu se referindo aos empregados da Prodam com enfatuados, vejam no dicionário. Somos povo também, a Prodam é feita de povo, pessoas que estão lá trabalhando e honrando o salário que recebem todo o mês. O salário da Prodam é abaixo da média de mercado e o serviço que a Prodam presta para a cidade de São Paulo é muito importante e de muita qualidade.

Os exemplos que o Vereador cita e outros citaram aqui com relação ao problema que a Prodam tem com relação ao custo dela em relação às Secretarias é muito relativo porque a Prodam está construindo uma relação comercial. Até 2006 a Prodam recebia mesada do Governo para funcionar de lá para cá estamos construindo uma relação comercial com a

Secretaria e isso não é fácil, não é simples, por isso falei e agradeço o relator, um ser humano especial que aprendi a respeitar nesses poucos dias que estivemos aqui em termos de conversar francamente.

A gente entende que o objetivo desse trabalho é realmente respeitar a cidade de São Paulo e o dinheiro público, que eu e o Benício lá na Prodam temos o dever de fazer essa fiscalização e já viemos aqui na Legislatura anterior trazer para o Aurélio Nomura denúncia de criação de Prodans das Secretarias. O Secretário de Finanças veio aqui e falou mais de tecnologia do que de finanças porque o intuito é continuar o modelo do PSDB de criar estruturas de TI em várias Secretarias e isso custa muito mais caro Vereador Ricardo.

O representante da Câmara Municipal veio aqui hoje e falou que vai reduzir o custo de TI de três milhões para 900 mil. Daí fomos consultar rapidamente na Prodam em 2014 a Câmara Municipal vai gastar com a Prodam em torno de 900 mil. Em 2013, foram 555 mil reais. A Prodam é a própria Prefeitura, se prestarmos o serviço ou não, ou melhor, quer a gente receba ou não vamos prestar o serviço. Jamais a Prodam vai tirar sistema nenhum do ar. O exemplo que foi dado aqui com relação ao sistema SGF é um sistema de terceirização dentro da Prodam que nós denunciemos quando esse governo chegou. Mas, existe não só no governo federal, como no municipal uma contrapartida, ou seja, tem bandido no governo que vem e faz (palavra inaudível) como o exemplo do sistema funerário que foi gente de dentro da Prodam que foi vender o sistema de RP para funerária, não representando a Prodam do povo de São Paulo, a Prodam de quem trabalha honradamente na empresa, mas fazendo as vezes de representante da Oracom. O diretor que deveria estar preso em alguma coisa deveria ter acontecido com ele com relação ao SGF está na Prefeitura vendendo serviço da Oracom e Office 365 da Microsoft.

Tudo isso para o cidadão de São Paulo que está ouvindo esse importante trabalho da Câmara Municipal pode tirar a conclusão que o empregado da Prodam é um bandido e não é verdade.

O SR. RICARDO NUNES – Mas, ninguém nunca falou isso aqui.

O SR. MANOEL - Eu sei. No contexto é assim que nós estamos nos sentindo, os representados nossos da Prodam falam que não vamos falar nada.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado. Isso só demonstra a sua emoção e o tanto que você presa a Prodam e os funcionários que você representa.

O SR. MANOEL – Eu sou tido como manezinho de Itaquera, emoção, mas aqui tem muito de razão. A Prodam é tudo. Separar Prodam a Prefeitura de São Paulo para. Acho que esse nosso trabalho vai numa outra questão.

O SR. RICARDO NUNES – Eu já conversei com você e você não está entendendo. A Prefeitura não tem uma maquininha de fazer dinheiro para ficar sustentando os altos custos da Prodam, nós temos de ser realistas e pagar 300 e poucos mil de aluguel, nós temos de ser realistas. Não adianta esperar a vaca cair do brejo para depois tomar uma atitude.

O SR. MANOEL – Uma coisa que foi dita aqui a Gardner o importante órgão mundial do contexto de tecnologia recomenda TI 3% do orçamento tem de ser gasto com TI. A Prodam, 360 milhões e aqui não foi dito que os 40 milhões para a mudança da Prodam daquele endereço que não é culpa dos empregados, é culpa de interesses também e por isso estamos lá até hoje está nesse orçamento esses 40 milhões. Há muitas questões que precisamos analisar.

O SR. RICARDO NUNES – Orçamento é de 399 milhões. Tem a palavra o Sr. Benício Alves Teixeira, Conselheiro de Administração da Prodam.

O SR. BENÍCIO ALVES TEIXEIRA – Agradeço a Mesa e como funcionário da Casa temos tido todo o respaldo que precisamos. Vim falar um pouco do nosso Sindicato e o CREP, no papel do Rui (palavra ininteligível). As representações se fazem presentes no sentido de demonstrar à Câmara Municipal o que vem sendo dito da Prodam nos últimos meses. Como conselheiro me senti incomodado porque quando o Ricardo Nunes falou sobre a questão das representações temos dito que a questão da legitimidade de todas as representações tem sido

feitas ao longo desses últimos dez anos.

Trouxemos aqui a denúncia no final de 2012 do que vem acontecendo nesses sistemas que foram abordados nesta Mesa. Se de fato a diretoria que chegou estimam o dossiê completo dessas denúncias de fato tinham. Dois anos se passaram e também acho que tem um pouco de letargia, temos cobrado isso nas reuniões do conselho com muita veemência. Inclusive, agora, dia 2, protocolamos junto à Secretária de Sempla algumas questões que temos visto com não muito corretas a nosso ver de representantes. Então, a representação tem sido feita, ao longo dessas administrações que passaram pelo Prodam, de uma forma legítima e sem ser partidária, totalmente apartidária.

A questão da sede, também temos gritado e, se buscar as atas de reuniões de Conselho, temos denunciado também os 5 milhões - chega até 6 milhões - por ano de despesa, despesa essa que poderia ser revertida no corpo de empregados, em nível de investimento, em nível de aumento de quadro, em nível de equipamentos. E pedimos aqui o apoio desta Mesa no sentido de buscar a sede para nós. Por quê? O compromisso de desempenho que foi assinado, ao final dos quatro anos, assinado pela Diretoria da Prodam juntamente com o Sr. Prefeito e Secretário de Finanças, temos lá está dizendo que vai chegar ao final de quatro anos gastando 600 mil reais. Só vamos chegar a esse preços se estivermos na sede própria. De fato, temos visto aí alguns prédios, mas acho que falta um pouco mais de envolvimento político, certo? De fato, é vontade de querer sair. Temos cobrado isso. Esperamos que, ao final de quatro anos, tenhamos casa própria.

Fiquei um pouco admirado com o pessoal de SPTuris que aqui passou e falando que vai gastar tanto com reforma. Queríamos nós estar gastando com reforma. Manoel citou agora que tem 40 milhões aí da mudança da sede, Sr. Vereador, e gostaríamos de falar o seguinte - já foram feitos esses levantamentos ao longo dessas trajetórias que João citou: o Orçamento da Prodam é muito aquém da sua necessidade, está certo? E pode ter certeza, como esta Câmara tem todo o cuidado e o zelo do dinheiro público, nós também, com

representantes, fazemos.

A denúncia de Adilson Amadeu, não poderia deixar de citar, é esvaziada, quando ele diz que há 400 cargos de confiança na Prodam. Isso é uma grande mentira, o *site* da transparência está aí para falar que nós estamos em torno de 112 cargos. Também temos denunciado alguns cargos que por ventura passam por lá e não tem sido feito o uso do dinheiro público como deveria, no sentido de dar o retorno, não é? Sabemos muito bem que a lei preconiza um percentual de cargos..., não é nem um percentual, é o cargo de confiança. Temos, na Prodam, um caso específico de cargo de confiança que tem 25 anos de casa, para se ver como esse cidadão contribuiu, ao longo desses 42 anos de Prodam, com seu tijolo que está lá posto.

Com respeito à questão do salário, também não poderia deixar passar em branco, porque o Sindicato tem feito, ao longo dos últimos anos, uma defesa, levado lá alguns representantes federais, no sentido de fazer o quê? Reconhecimento da categoria. O nosso salário é salário de mercado. A Prodam, se não tiver competitividade, tanto na questão de equipamento como na questão de salário, com certeza já teria fechado. A Prodam tem perdido, nos últimos anos, alguns concursados, pela forma de ser conduzida nas questões da direção. Então, às vezes, ela não tem sido rápida na resposta e não tem tido processo suficiente para segurar um profissional de mercado. Isso faz com que um profissional de mercado que acessa a Prodam através do concurso tenha, em curto prazo de tempo, o seu pedido de demissão. Então, temos buscado fortalecer e valorizar o corpo de empregados. Temos feito uma denúncia muito clara, nas nossas frentes, que a questão do respeito ao trabalhador, seja ele aposentado ou não, já que esses aposentados hoje, no mercado, têm valorização no sentido de manter a tecnologia e o conhecimento.

Queria só, para fechar minha fala, Sr. Presidente, dizer que temos feito nossos encaminhamentos, e acredito que o que está ocorrendo nessa discussão de Orçamento nesse momento é basicamente o que estamos vivendo na Prodam. Em 42 anos de vida, poucas

vezes tivemos aqui neste Plenário no sentido de fazer a defesa da empresa. Entendemos que está faltando desmistificar o público do privado, mas também não podemos deixar diferenciar o técnico do político. A Prodam não pode ser estritamente técnica no seu corpo de gestores, conselheiros e Diretoria. Estamos pedindo uma aproximação maior, no sentido de fazer valer as representações e os encaminhamentos que temos feito ao longo desse período.

Só queria lembrar ao Vereador, quando ele fala que a Prodam gasta muito. Aos olhos de várias representações - Instituto de transparência -, a Câmara Municipal, também é vista como um órgão que gasta muito. O TCM, por várias vezes, tentaram fechar, por conta do papel que ele faz. E sabemos o trabalho relevante que tem a Câmara Municipal, assim como o TCM. Nós fomos buscar apoio lá dentro para a defesa da Prodam.

Então, basicamente, é isso. Agradeço o espaço e aos nobres Vereadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RICARDO NUNES) - Muito obrigado, Benicio.

Só para lhe dar um exemplo, podemos ter vários: TCM, está previsto 200 e pouco mil reais de Prodam, no ano que vem, com 200 e tantos funcionários; Secretaria de Deficiente Físico, com 60 funcionários, 600 mil reais; Secretaria de Relações Internacionais, com 40 funcionários, 50 funcionários, 300 e poucos mil reais. Então, precisamos ter sinceridade no que falamos, e ter transparência, e olhar no olho. São ilógicos alguns orçamentos que a Prodam tem cobrado das Secretarias. É desproporcional. A Secretaria só tem... Estou lhe falando para você ir lá checar. Se for mentira, você vem aqui e fala: "Você mentiu". Vai lá e checa. Que programa tem a Secretaria de Relações Internacionais para gastar o que está previsto lá, 350 mil? Tem acesso à internet e conta de *e-mail*. É justo? É justo. É justo.

E lembrando, você falou do custo de pessoal. Está previsto 179 milhões, lembrando que para serviços e outras despesas - e aí vou detalhar agora item por item o que que é outras despesas. Temos aí 49,5 milhões em serviços, e 46,700 milhões em outras despesas. Então, temos 96 milhões e pouco aí só em serviços e outras despesas. É dinheiro! Custa caro e acaba

ficando caro para a cidade de São Paulo.

Então, para concluir, queria ver se o Vereador Aurélio Nomura tem alguma colocação.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (RICARDO NUNES) - E eles vão fazer as respostas das colocações apresentadas.

O SR. AURÉLIO NOMURA – OK. Até no ensejo da manifestação do Manuel Benicio, gostaria de dizer o seguinte. Volto a falar, V.Exa. não estava lá. Fui funcionário durante um bom tempo na Prodam e vivi os desmandos das companhias, e aí não tem carimbo - volto a falar para Manoel: não tem carimbo, não é PSDB, é tudo, porque não sei se V.Exa. se lembra, nas épocas anteriores, onde passaram Marta, Erundina, Jânio, Maluf e tantos outros, na realidade não é questão partidária, não é como o senhor mencionou, que isso é uma visão peessedebista - muito pelo contrário. Eu sou do PSDB e fui o primeiro a defendê-los aqui na gestão passada. Então, acredito que precisamos ter um entendimento da importância estratégica que tem a gestão de informações, muitas vezes extremamente importante para a cidade de São Paulo. Muitas vezes, não, são fundamentais para nossa cidade. Mas não podemos esquecer que, infelizmente, temos gestores que deixam a desejar. Então, acho que essa é a observação que tem de ser feita, e não essa questão partidária, porque essa questão partidária aqui nesta Casa - apesar de termos embates aqui no Plenário -, acima de tudo prevalece a dedicação que damos lá no final, daquelas pessoas que nos trouxeram a esta Casa, que foi através do voto. Então, o povo realmente merece. E aí, nesse sentido, gostaria até, Vereador Ricardo, se V.Exa. concordar: amanhã temos a reunião ordinária da Comissão de Finanças, não é? Que propuséssemos uma reunião, no ano que vem - neste ano já não há possibilidade -, para que possamos debater o papel da Prodam na Prefeitura de São Paulo, porque o que estamos vendo, erros que vêm sendo cometidos, acertos, mas principalmente essa companhia está trabalhando, infelizmente, com representantes que não dignificam

aqueles funcionários que ralam, no dia a dia. Essa que eu acho que é a grande diferença.

E aí está, acima de tudo, de tentar retomar o papel principal quando da sua criação, que foi a democratização da informação para a população em geral, acima de qualquer coisa.

Eram essas as minhas manifestações.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Obrigado, Vereador Aurélio Nomura.

Tem a palavra os representantes da Prodam.

O SR. _____ - Bom, agradeço e me solidarizo com as palavras que foram ditas, mas evidentemente a gente não pode deixar absolutamente nada no ar.

Acho que esta diretoria tem feito um esforço gigantesco para tentar reverter um pouco. Quando a gente chegou à Prodam e aí eu posso falar de cadeira, porque sou oriundo do Governo Federal e no Governo Federal eu era cliente do Serpro, tanto no Ministério da Fazenda quanto no Ministério do Planejamento e lá se jogavam exatamente as mesmas pedras no Serpro que se jogam hoje na Prodam.

Também lá se jogavam as mesmas pedras na DataPrev, que se jogam na Prodam, que se jogam no Serpro, que se jogam na Prodesp.

Há exemplo de empresas públicas que deram a volta e hoje aí estão sendo premiadas em todos esses fóruns e revistas – *Exame, 500 Maiores, Valor, 300 Maiores*, enfim – quero dizer que esta diretoria está empenhada em fazer isso.

Quero dizer também, na fala do Mané, quando ele faz separação entre os empregados, que é uma ala, e os técnicos, e os políticos que são outra, a gente não veste a carapuça, ainda que eu reconheça que não existe essa separação entre técnico e político. Acho que os dois estão presentes em todos os órgãos e entidades, evidentemente.

É lógico que lá na Prodam se você analisar o perfil desta diretoria que está hoje é absolutamente técnico. Não significa que a gente não tenha inserção, que a gente não veja as coisas politicamente. Seria ilusório achar que as coisas não são vistas politicamente. Aliás, a

vida é discutida na política, tanto é que estamos aqui, nesta Casa, discutindo o orçamento. Infelizmente com público pequeno, é uma discussão tão importante que acho que deveria ser no plenário com muito mais gente do que é hoje.

Quero dizer, também, que, na Prodam, não existe trabalho escravo. Se existir tem que ser denunciado, eu seria o primeiro a denunciar se houvesse trabalho escravo.

Quero dizer, também, em relação a tudo o que foi discutido aqui, que estamos absolutamente abertos, nobre Vereador. Faço um convite para o senhor conhecer a Prodam, talvez a gente consiga chegar a bom termo. Na verdade, a gente tentou falar com respeito a sua opinião, sei que, em sua opinião, a Prodam hoje não oferece serviços relevantes, ao contrário do que muita gente disse aqui, acho que ela oferece serviços relevantes.

Mas queria finalmente agradecer a oportunidade por poder vir aqui e defender o orçamento. Mas a gente está aberto para discutir ponto a ponto o que o senhor queira discutir em relação a cada uma das secretarias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Agradeço.

Quero agradecer ao Sr. João Antônio Manuel Pacífico, Sr. Benício Alves; representantes da Prodam, José Mauro Gomes, Luiz Cássio Becker, Sérgio Mauro Santos Filho.

Declaro realizada esta audiência pública, do Orçamento de 2015, referente à Prodam.

Suspendo por um minuto para despedir as pessoas e receber à mesa já os representantes da Secretaria de Comunicação, os representantes do Sr. Nunzio Briguglio Filho.

- Suspendos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Aurélio Nomura.

O SR. PRESIDENTE (AURÉLIO NOMURA) – Gostaria de chamar os representantes do Secretário Executivo de Comunicação, o Sr. Nunzio, representado pelo Sr.

Adolfo Sormani, chefe de gabinete, Sr. Nelson Ricardo, assistente técnico, e Patrícia Câmara, assessora técnica. Gostaria que compusesse a Mesa a diretiva e já iniciaremos os nossos trabalhos.

Gostaria de passar a palavra ao Sr. Adolfo Sormani, chefe de gabinete da Secretaria Executiva de Comunicação.

O SR. ADOLFO SORMANI – Boa tarde, Srs. Vereadores. Estamos aqui para os esclarecimentos necessários. É importante lembrar que o orçamento encaminhado a esta Casa antecedeu o Decreto nº 5583, do Prefeito Fernando Haddad, onde transfere a coordenação de publicidade e atribuições da Secretaria Executiva de Comunicação para a Secretaria do Governo Municipal.

Fico à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (AURÉLIO NOMURA) - É que nós gostaríamos que os senhores introduzissem essa questão do orçamento do próximo ano. Pode falar a conclusão, porque nós não temos aqui o que foi despendido em 2014, também o atualizado, o liquidado também não temos, e nós só temos aqui a proposta orçamentária para 2015. Eu acredito que não contém aqui essas informações que nos foi encaminhada pela assessoria, tendo em vista, eu acredito, esse decreto que transfere a coordenação de publicidade para a Secretaria. Mas acredito que V.Sa. já está cuidando da comunicação, ou vai ser a partir do ano que vem. E gostaria de entender esses gastos que estão colocados como propostas para 2015.

A SRA. PATRÍCIA CÂMARA – Boa tarde, Srs. Vereadores. A Secretaria Executiva de Comunicação está passando por uma reestruturação no momento. Essa proposta orçamentária foi feita anteriormente a todas essas alterações, inclusive por força legal que estão ocorrendo.

A comunicação hoje vai se dedicar com bastante força na assessoria de imprensa, que vai ser, na verdade, sua atividade principal. Eu não sei muito bem como expor para o senhor os valores orçados para 2015 porque, como eu disse, está sendo reestruturado e a

gente não passou da divisão desses valores. A gente pode falar em termos, ver os contratos existentes e despesa com pessoal e algumas previsões de novas contratações que existem para 2015. Então se V.Exas. pudessem nos questionar para que possamos responder seria melhor.

O SR. PRESIDENTE (AURÉLIO NOMURA) - Podemos. Perguntando que no orçamento para 2015 está orçado em quatro milhões, 860 e 800 reais. Quantas pessoas trabalham na Secretaria de Comunicação?

A SRA. PATRÍCIA CÂMARA – Em torno de 70 pessoas, porque houve diversas exonerações nas últimas duas semanas.

O SR. PRESIDENTE (AURÉLIO NOMURA) - Todos cargos de confiança?

A SRA. PATRÍCIA CÂMARA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (AURÉLIO NOMURA) – Todos?

A SRA. PATRÍCIA CÂMARA – Sim. Todos. O senhor disse, a Secretaria só tem cargos de confiança?

O SR. PRESIDENTE (AURÉLIO NOMURA) – Na Secretaria, De setenta cargos, são todos de confiança?

A SRA. PATRÍCIA CÂMARA – Não, não. Entre cargos em comissão e cargos efetivos.

O SR. PRESIDENTE (AURÉLIO NOMURA) – Poderia discriminar quantos cargos são de confiança e quantos cargos são de efetivos.

A SRA. PATRÍCIA CÂMARA – Exatamente para o senhor, agora eu não sei. Mas a gente pode estar encaminhando para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (AURÉLIO NOMURA) – A proporção, é mais ou menos 50%, menos?

O SR NELSON RICARDO – Eu sou efetivo, assessor técnico da Secretaria de Comunicação. Exa, em torno de 20% a 30% do quadro da Secom é efetivo.

O SR. PRESIDENTE (AURÉLIO NOMURA) – Vinte a 30% é efetivo. Então temos 49 cargos de confiança, mais ou menos. É isso?

O SR NELSON RICARDO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (AURÉLIO NOMURA) – Desses 49 qual é a média salarial?

A SRA. PATRÍCIA CÂMARA – Os cargos variam entre DA9, em torno de 2.300, e DA 14, 13, 3.300, 3.500. Esses em comissão.

O SR. PRESIDENTE (AURÉLIO NOMURA) – Nesse em comissão, três e ...?

A SRA. PATRÍCIA CÂMARA – Na verdade são valores padrão da Prefeitura. Está nas tabelas.

O SR. PRESIDENTE (AURÉLIO NOMURA) – Aqui não está incluindo chefia de gabinete, pelo que você está falando?

A SRA. PATRÍCIA CÂMARA – Sim, aí entra o primeiro escalão. O secretário executivo, o secretário adjunto e chefe de gabinete.

O SR. PRESIDENTE (AURÉLIO NOMURA) – Nós temos o cargo de secretário, chefe de gabinete. Quantos assessores têm?

A SRA. PATRÍCIA CÂMARA – Assessores técnicos?

O SR. PRESIDENTE (AURÉLIO NOMURA) – Sim, assessores técnico, diferenciado desse DA 9, DA14, 15.

A SRA. PATRÍCIA CÂMARA – Não. O 14 seria assessor técnico, aí tem os dados de 11 e 13, que são assessores técnicos também. Em torno...

O SR NELSON RICARDO – Um número plausível nós não temos. Podemos levantar.

A SRA. PATRÍCIA CÂMARA – A gente poderia estar respondendo ao final, porque aí a gente solicita essa informação e passa ela especificamente.

O SR. PRESIDENTE (AURÉLIO NOMURA) – Então nós vamos ficar aguardando. Essas outras despesas, mais ou menos orçadas em 150 mil reais, eu gostaria de saber o

detalhamento. É locação? É 149 mil, 832 reais, outras despesas. É 149 milhões.

A SRA. PATRÍCIA CÂMARA – Na verdade esses valores não fazem mais parte do orçamento da Secom.

O SR. PRESIDENTE (AURÉLIO NOMURA) – Não fazem?

O SR. ADOLFO SORMANI - Esse orçamento foi encaminhado antes do decreto na verdade, e aí nós temos toda parte de publicidade e comunicação. Desse valor que o senhor tem aí, 121 milhões e 600, são administração da SGM, voltaram para SGM, é publicidade.

O SR. PRESIDENTE (AURÉLIO NOMURA) – Da SGM?

O SR. ADOLFO SORMANI - Da SGM.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Qual o valor?

R – Nós, o orçamento hoje, a grosso hoje, da Secom, da Secretaria de Comunicação é 33 milhões e 692.

NÃO IDENTIFICADA – E oitocentos. (fora do microfone)

R – E 800 mil reais.

P – Poderia nos descrever esse...

- Manifestações fora do microfone.

NÃO IDENTIFICADA – Trinta e três milhões, seiscentos e noventa e dois mil e oitocentos reais. O restante se referia à publicidade de interesse do município e publicidade legal.

O SR. RICARDO NUNES – Foi para SGM(?)?

R – Na verdade, permaneceu em SGM(?), por conta da questão de a secretaria estar mudando de *status*, de Executiva para Municipal no ano que vem. E também teria valores aí que acho que nem entrou. Houve a transferência também da Call Center da Prefeitura para a Secretaria de Planejamento, mas acho que já também havia sido efetivado isso e não entrou na proposta do orçamento que V.Exas. têm.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Então, nós precisamos, para a

Assessoria, nobre Vereador Ricardo Nunes, fazer uma adequação aqui. Estão(?) totalmente fora.

O SR. RICARDO NUNES – A emenda técnica para alterar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Os senhores têm, em mãos, essa nova proposta?

- Manifestações fora do microfone.

NÃO IDENTIFICADO – O ideal seria, se pudéssemos...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Estão suspensos os trabalhos por um minuto.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Aurélio Nomura.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de consultar se há algum inscrito com relação a essa secretaria. (Pausa) Não há nenhum inscrito? Ué, cadê o Brasil?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Então vamos aguardar os representantes da Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social uma nova planilha, que irá se adequar aos termos do Decreto 5583, pelo qual parcela da coordenadoria da publicidade vai para a Secretaria de Governo Municipal; além disso, não iria constar também a administração do *call center*. O valor total dos recursos da secretaria é de 33,6 milhões.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença do Sr. Adolpho Sormani, chefe de gabinete, o Sr. Nelson Ricardo, assistente técnico e Patrícia Câmara, assessora técnica da secretaria. A todos, agradecemos a presença.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, então é claro que eles vão mandar por escrito...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Eles vão mandar por escrito até amanhã,

para que possamos oferecer ao Sr. Relator do Orçamento do próximo ano, para que este faça as adequações necessárias.

Informo ao nosso Relator que tem muito dinheiro sobrando: 120 milhões. Muito recurso para fazer muita coisa.

Convidamos agora a Secretaria Municipal de Licenciamento, na pessoa do seu representante, Sr. Paulo Roberto Jacinto, Secretário-Adjunto.

O SR. PAULO ROBERTO JACINTO – Primeiramente, boa tarde a todos. Muito obrigado, Vereador Aurélio Nomura...

O SR. RICARDO NUNES – Nobre Vereador Nomura, se permitir quebrar o protocolo.

Desculpe-me por ontem. Nós não conseguimos terminar. Você viu que corremos. Então tivemos de remarcar para hoje. Então peço desculpas. Realmente não conseguimos concluir.

O SR. PAULO ROBERTO JACINTO – Deu para entender, a coisa estava muito longa mesmo.

A Secretaria de Licenciamento é bem pequena, e até um ano e meio atrás não existia. Nós cuidamos do licenciamento de obras e edificações com mais de 1.500 m²; abaixo disso, é atribuição da Secretaria das Subprefeituras. Existem exceções, as indústrias e as habitações de interesse social, que, independentemente da área, são aprovadas na secretaria.

A nossa secretaria foi criada em julho de 2013. Isso nos leva a ter um orçamento meio picado de lá para cá, porque até julho de 2014, nós estávamos pendentes no orçamento da Sehab, da onde saímos. A Sehab, hoje, cuida somente de habitação de interesse social, e, nós, de licenciamento. Então passamos mais um ano com a parte do orçamento misturado com o da Secretaria da Habitação.

A nossa secretaria possui cerca de 500 funcionários, mais ou menos 300 engenheiros e arquitetos, que analisam os processos de licenciamento e as edificações.

O nosso orçamento possui pequenas alterações, em relação ao orçamento passado, porque somos uma espécie de secretaria-meio, não temos investimento público, nas áreas públicas. Há três exceções: temos um aumento na nossa verba na parte de sistemas eletrônicos – sustentação eletrônica, serviços de informação, redes, conectividade, serviço de comunicação, treinamento, etc –, que era de 3 milhões, 679 mil e 849 e passou para 8 milhões, 296 mil, 660, e vou explicar por quê.

São duas as razões. A primeira eu já falei: uma parte do nosso dinheiro era dado pela Secretaria da Habitação; estava dentro do orçamento da Secretaria de Habitação. E segundo que até esse orçamento em vigor, a Secretaria do Planejamento, a Sempla, cobriam as diferenças no final do ano – e a partir do ano que vem não vai ter mais isso. Então, nossas despesas totais com serviços de informação passaram para mais do que o dobro porque estamos assumindo todas as nossas despesas. E, antes, mais da metade das nossas despesas era paga por outras secretarias.

A segunda coisa é que nós vamos implantar definitivamente o sistema de licenciamento eletrônico, o que nos faz ter um grande trabalho junto à Prodam. Não sei se vocês se lembram, mas o sistema de licenciamento eletrônico foi implantado pela gestão anterior, e deu um problema grande nos projetos maiores, porque era um modelo montado para projetos das subprefeituras. Então fomos obrigados a cancelar a aplicação do sistema eletrônica, e agora entramos num acordo com a Prodam para refazer o sistema para conseguir aplicar em projetos grandes. Estamos fazendo uma previsão de 12 milhões de reais para botar esse sistema em funcionamento. Vou dar alguns dados da nossa secretaria.

Quando entramos na secretaria, havia 23 mil processos de aprovação, dos mais diversos tipos, estocados. Hoje reduzimos para um pouco menos de 20 mil. Quer dizer, reduzimos quatro mil. Enquanto o sistema eletrônico não for implantado, é um número razoável, mas somente com um sistema eletrônico é conseguiremos baixar esse estoque de forma mais significativa.

A secretaria aprova projetos de prédios de apartamento, projetos de prédios de escritórios, de estabelecimentos comerciais tipo *shopping center*, estabelecimentos industriais. E dá licença de funcionamento para postos de gasolina, elevadores, escadas rolantes, abrangemos quase tudo em processos construtivos nas edificações. São de nossa competência. E se atentarem bem, o nosso orçamento é muito parecido com o do ano passado com duas exceções - que já falei -, que são os contratos da Prodam que ficamos responsáveis pelas três partes e não só com uma e o contrato para a sustentação do sistema de licenciamento eletrônico – SLC.

Mais uma coisa: vamos também assumir a gestão do sistema de licenciamento eletrônico de toda a Cidade, porque o sistema eletrônico que está em vigor não tem *softer* de gestão.

Então uma das coisas que estamos desenvolvendo com a Prodam é a gestão. Não aprovação, mas a gestão que vai se dar na Secretaria de Licenciamento.

Esses 12 milhões que temos aqui são uma estimativa que consideramos realista do que teremos de pagar para a Prodam para fazer esse sistema funcionar. É um trabalho árduo, mas depois que estiver funcionando será um grande ganho para a Cidade.

Hoje para aprovar um projeto de uma residência levamos uns seis meses, para aprovar um shopping Center, a última notícia que tivemos eram 703 dias. Pensando bem é um absurdo. E com o sistema eletrônico queremos chegar a 90 ou 120 dias no caso de shopping Center.

Esse sistema vai substituir uma porção de carimbos, de passeios, para podermos reduzir esse tempo que levamos para dar uma satisfação para a população.

Por último, temos esse grupo que está montando um modelo de gestão, de aprovação de projetos grandes, eletrônico que começou a funcionar nos últimos dias com um número reduzido de pessoas tentando sanar os problemas do sistema anterior. E achamos que seria melhor não produzir um sistema novo já que tinha sido feito grande esforço para se

implantar o sistema.

Então optamos por reformar o sistema anterior. Vamos ter um treinamento para as pessoas e além do *softer* de gestão e do treinamento das pessoas vamos ter um sistema de divulgação disso para os usuários, porque haverá mudança no sistema.

Nosso sistema é muito antigo. É de 1978. Para imaginarem temos ainda algumas máquinas que funcionam com “dos”(?). Parece brincadeira, mas a tela verde está lá e está funcionando a duras penas. Isso que estamos querendo trocar.

Temos uma Secretaria que está mantendo quase tudo, porque nossos custos, a maior parte deles, tirando os gastos com a Prodam, é de pessoal. Há muita gente trabalhando, muitos com instrumento antigo e, por causa disso tudo, de forma não muito interessante. Para imaginarem, por exemplo, no sistema antigo o *check list* para aprovar um projeto tem 810 itens. Quem tem um *check list* de 810 itens não tem *check list* nenhum. Não funciona. E ainda permite que depois de acabados os 810 vejam outras coisas.

Então é esse tipo de coisa que estamos reduzindo com o sistema eletrônico e vamos ver se conseguimos, até o meio deste ano, estar com esse sistema funcionando. Para isso destinamos essa verba de 12 milhões de reais, para ver se saímos do dos(?).

Inicialmente é isso. Estou á inteira disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Vereador Aurélio Nomura que preside esta audiência pública.

Paulo Ricardo, com relação a pessoal e encargos, observei vencimentos e vantagens fixas de 39 milhões, 518 mil indo para 41 milhões, 494 mil. Um aumento de 7%.

Acho que de todas as secretarias a que tem mais engenheiros e arquitetos é a sua.

R – Sim.

P – Aqui está previsto o reajuste e às terças-feiras temos reunião de Líderes.

Nessas reuniões recebemos muitos engenheiros e arquitetos bravos.

R – São bravos e se pensar bem eles tem um pouco de razão.

P – Tem, porque há aquela situação da resolução do CREA que fala de oito salários mínimos.

R – E eles estão sem reajuste há muito tempo.

P – A pergunta é: esses 7% é para reajuste de funcionário, aumento vegetativo?

R - Só aumento vegetativo. Vamos receber alguns funcionários de gestão da Secretaria de Subprefeituras. E vamos ter de repor em alguns casos porque muitos estão se aposentando. Muitos deles entraram no concurso de 78. Então temos um período de troca.

Esse aumento não é o aumento de salários. É aumento vegetativo, se assim podemos dizer.

P – E agora, como fazemos? A Sempla não falou nada com relação a isso, porque eles mandaram um projeto de aumento para esta Casa.

R – Pela informação que tenho não está. E como não estava definido ainda como o projeto vai ser finalizado aqui na Câmara, nós não colocamos. Colocamos só o crescimento vegetativo.

Não dava para estimar o que colocaríamos como crescimento dos salários, porque as discussões estão muito acaloradas. As divergências são muitas e não temos condições de fazer isso.

P – De 500 funcionários quantos, mais ou menos, são engenheiros e arquitetos?

R – Até a próxima aposentadoria são 331.

P – Quer um conselho? Pede para o pessoal não se aposentar. Segure-os lá. São 2,5 bilhões da fonte de recurso 00 no Iprem todos os anos. Tenta segurar.

R – Se dependesse de nós não deixaríamos. Com 20 mil processos, se depender da gente não sai ninguém.

P – Dá um prêmio.

Vereador Nomura, estava perguntando para o Paulo Ricardo sobre os 7% previstos no aumento de pessoal e encargos sociais, se estariam os engenheiros.

Então é só aumento vegetativo, vamos ter de perguntar para Sempla como fica isso, porque se votarmos o projeto vai gerar impacto.

R – Não saberíamos dizer o que acrescentar.

P – Com relação ao da Prodam, que o valor é considerável, vocês fizeram pesquisa de mercado?

R – Fizemos e... Em função da Prodam ter feito primeiro, os preços eram disparadamente menores na Prodam. Nós estamos revendo um sistema que existe, que funciona mal para projetos grandes. A Prodam que fez esse sistema. Então, a diferença era muito grande e a gente preferiu ficar com a Prodam e aproveitar o sistema que está lá porque assim a plataforma toda é aproveitada.

P – Isso vai ser feito mesmo em 2015? Esse aumento para a Prodam de 2 milhões para 18 milhões, isso eu aqui eu não mexo, é certeza, vocês cotaram e está tudo certinho?

R – Tudo certinho.

São duas coisas diferentes. Um deles é o SLC, de 12 milhões; e o outro é que pagamos 3.369 milhões, mas a Sempla complementou e uma parte saiu do orçamento da Sehab. Então, o que estamos fazendo? Estamos assumindo o nosso orçamento todo. Então, ele já era por volta disso, mas a gente só pagava um pouco menos da metade.

P – Da minha parte aqui é isso, Vereador Nomura. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Nesse informativo que o senhor nos brindou fala que o total da Secretaria necessário para 2015 é de 72.702.854 mil, mas a proposta orçamentária fala em 70.406.193. Ou seja, uma diferença de dois bilhões logo de cara. Eu pergunto, onde será apertado o cinto para retirada desses dois bilhões?

R – Nós temos dois canais. Primeiro, é o vencimento de vantagens fixas que talvez a gente perca funcionário e isso possa baixar, mas hoje se o número de funcionários fosse

esse, nós vamos.

P – Sem contar com o aumento...

R – O aumento está fora porque a gente não sabia calcular. Aliás, essa é a razão da discussão. O segundo é que vamos tentar apertar a Prodam para abaixar para 10 milhões.

Esse 12 é uma estimativa e a gente vai tentar baixar isso um pouco para ver se aproveitando a plataforma, a gente tem uma redução de custos.

P – Junto com isso tem a manutenção de sistemas de informação e comunicação. Mas esse está 18 milhões e o dele está em 20.

R – É aí que vamos tentar economizar.

P – A outra dúvida que tenho é na questão do aumento dos gastos do item outras despesas. Até 6,3 milhões foram liquidados até setembro e aumentou para 27,7 milhões, ou seja, 339,9% a mais.

R – Esse, por acaso, é muito fácil. Quem pagava tudo isso para a gente era a Sehab. Por exemplo: carro do secretário, até o orçamento anterior quem pagava era a Secretaria de Habitação; manutenção do prédio: até esse ano ainda, quem paga é a Secretaria de Habitação. Nós não pagamos nada, pois nosso orçamento estava saindo deles.

Grande parte dessas despesas nós não pagávamos e agora estamos assumindo. Por exemplo: o PABX era um só e as contas de telefone iam todas para Sehab. Agora são dois PABXs e a conta de telefone vai ser dividida. A conta de energia elétrica também vai dividir.

Essas coisas nós não pagávamos, era muito bom. Foi uma pena. Era muito bom. Nós só pedíamos.

Se vocês imaginarem, a conta de telefone e a conta de energia elétrica que temos lá é algo absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura - PSDB) – Bom, eu gostaria de ver, junto à assessoria, se há inscritos. (Pausa) Tem alguém inscrito? Sr. Laerte Brazil, não deseja? (Pausa) Mas é algo tão importante, tendo em vista essa promessa que desde 2013 vem essa

questão de um novo modelo de gestão urbana, mas, principalmente, na melhoria desse fluxo que temos de liberação de alvarás. Aliás, já teve muito problema, temos ainda muitos problemas.

Vou contar para vocês. Reformei minha casa. É uma casa pequena, mas não foi brincadeira quanto Comunique-se eu levei.

No final, era mais Comunique-se do que propriamente o tijolo. Por incrível que pareça.

O SR. PAULO ROBERTO JACINTO - É um absurdo mesmo. O sistema de hoje, é aquela história, dos 810 itens, acaba dando cinco ou seis Comunique-se, no mínimo.

Já estamos falando o trabalho de redução disso. Já estamos em 150 itens.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura – PSDB) – Enquanto tempo, nós podemos sonhar que vamos protocolar. E ainda em quanto tempo vamos ter?

O SR. PAULO ROBERTO JACINTO - Os estudos todos indicam que vai se dar em 90 dias.

P - Noventa dias?

R - Que ainda é muito. Se pensar bem ainda é muito.

P - De qualquer tamanho de projetos?

R – Os maiores.

P – Os maiores? Para os shoppings centers, por exemplo?

R – Isso. Noventa dias.

P – Noventa dias?

R - Sim. Mas isso é o final de um caminho longo. Estamos com uma expectativa de passar de 700 dias para 400 dias o ano que vem já.

P – Empreendimentos menores?

R – Isso queremos ver, na verdade, estamos fazendo um esforço no sistema de gestão para ver se, por exemplo, residências unifamiliares seja automático. Se o fulano falou

uma mentira para a casa dele, o problema dele não é tanto da Prefeitura.

Estamos muito mais preocupados com o direito de vizinhança, que é onde a coisa pega.

Mas, por exemplo, em todos projetos grandes tem a parte de segurança contra incêndio, que nós também licenciamos.

P – Na realidade, pelo que entendi, será uma fila única. Quer dizer, nessa fila você estará discutindo a questão de licenciamento ambiental, e a questão de, vamos dizer, se for perto de patrimônio histórico, e essas questões do código de obras propriamente, ocupação de solo.

R – Não vai ser tão bom assim. Estamos imaginando que, com esse sistema de gestão funcionando, sabemos, por exemplo, quantos dias um processo está no Departamento de Patrimônio Histórico para dar uma licença. Aí podemos fazer a cobrança disso, pois existe a autonomia das Secretarias.

O que vamos ter é um sistema de gestão. Temos os nossos assuntos, que já não são poucos. E vamos ter um sistema de gestão para saber o que acontece nas outras Secretarias para poder cobrar.

Vou dar um exemplo. Na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, há um órgão que chama Depave – Departamento de Parques e Áreas Verdes que, além de tomar conta e fazer manutenção dos parques, aprova plantas. Então o que acontece? Ele aprova planta quando sobra tempo. Portanto, fica um acúmulo e é esse tipo de coisa que desejamos gerir para poder ganhar tempo.

Mas é compreensível. Fulano tem problema de obras pública, não sei o quê, ele volta às 5h da tarde, olha meio processo e vai embora para casa. Por isso, estamos querendo gerir isso para ver se conseguimos ter ganho de produtividade nisso.

Acontece a mesma coisa no DPH. Na CET, não. Na CET tem uma equipe de análise.

P – Mas demora também?

R – Demora, por uma razão muito clara: eles não têm definido na legislação, não é o que eles têm de olhar, a atribuição deles está bem definida, mas o que eles têm de olhar para chegar na atribuição deles?

Por exemplo, outro dia deu um Comunique-se na CET pedindo para que o fulano apresentasse a escritura do terreno. Por que a CET precisa da escritura do terreno? Não precisa. Se chegar lá a escritura do terreno, o técnico vai ter de ler a escritura. E se a escritura tiver algum problema, ele vai ter de dar um Comunique-se. Então a escritura do terreno só seria vista na SEL, num lugar só.

Há uma quantidade imensa de pequenos problemas que vão ter de ser sanados também.

P – Claro. Tem essa questão também, falando de licenciamento ambiental, é importante frisarmos, que a Secretaria do Meio Ambiente é a última a ser ouvida. Em muitas vezes, há questões que deveria permitir o contrário, deveria ouvir essa Secretaria com relação à possibilidade, eventualmente, de se fazer alguma obras, o que não acontece.

Temos aquele loteamento Parque dos Bosques, do Morumbi, que é um exemplo claro. Ele está cheio de nascentes, esqueceram. Depois, ninguém sabe. São quatro ou cinco processos, ninguém sabe absolutamente nada.

R – Depois, para remediar é uma loucura.

P – É, e eles continuam tocando o projeto, infelizmente.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Vereador Aurélio Nomura, permita-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura – PSDB) – Sim, claro, Vereador Ricardo Nunes, temos de encerrar.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) - Como o tempo está escasso, eu pediria para o V.Exa. fazer a leitura das respostas da Secretaria de Subprefeituras para que tenhamos o

registro taquigráfico. É que, da última vez, todos fizeram as questões e ficou combinado, em acordo com os presentes, que seriam aceitas as respostas por escrito.

Então é importante fazer a leitura das respostas da Secretaria das Subprefeituras para deixar nos registros taquigráficos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura – PSDB) – Antes disso, vou encerrar a presente audiência da Secretaria de Licenciamento, agradecendo a presença do Sr. Paulo.

Peço para que a assessoria faça a leitura das perguntas feitas pela Secretaria das Subprefeituras, que não comparece hoje, não é?

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Já tivemos audiência, foi concluída. É que terminou a audiência e faltaram as respostas, que vieram por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura – PSDB) – Eu acho que as perguntas podem ser encaminhadas por escrito para que possamos fazê-las.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Nós já fizemos as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura – PSDB) – Não, as perguntas da população.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Foram feitas no dia. Foram abertas as inscrições, encerradas as inscrições, todos fizeram as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura – PSDB) – Todos fizeram perguntas?

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Sim, são as respostas que estão aí.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura – PSDB) – Está bem. Vou passar para a assessoria, para que faça a leitura das perguntas, ou melhor, das respostas, dizendo que, infelizmente, o Secretário não pode comparecer e nosso tempo é muito exíguo.

O SR. PAULO ROBERTO JACINTO – Posso ir embora, Sr. Presidente? (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura – PSDB) – Mas precisávamos discutir muito essa questão, porque a redução que temos nas verbas da Secretaria de Subprefeituras é algo absurdo. Só uma Subprefeitura terá aumento de 9%, algo irrisório.

Então nos deixa prejudicados, melhor, preocupados exatamente com isso.

Mais uma vez, agradeço a presença do representante. Declaro encerrada a audiência pública da Secretaria de Licenciamento.

Passo a palavra ao nosso assessor para ouvirmos as respostas encaminhadas a essa Comissão, que estuda e discute o Orçamento do próximo ano.

- É lido o seguinte (questões apresentadas na audiência de 05.11.14 em relação à Secretaria de Coordenação das Subprefeituras)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura – PSDB) – Obrigado. Alguém tem dúvidas com relação a isso. Gostariam de fazer algum novo questionamento? (Pausa)

Não havendo mais inscritos, nem havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública, não sem antes de relembrar a reunião da Comissão de Finanças e Orçamento, amanhã.

Não temos mais audiência pública temática com relação ao Orçamento 2015?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura – PSDB) – A princípio, em 09 de dezembro. Obrigado.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a presente audiência pública.
